



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



**EDITAL DE LICITAÇÃO SIGA Nº TRF2-EDT-2024/00121 de 28 de agosto de 2024**

**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

**Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000**

**Telefone: (21) 2282-8682 / 2282-8016**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/24**

**Proc. nº (TRF2-EOF-2024/00233)**

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00547 de 27/11/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**Data: 16/09/2024**

**Horário (de Brasília): 13:00 horas**

**Local: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**Fazem parte deste Edital:**

Anexo I - Termo de Referência e Especificações Técnicas

Anexo II – Planilha de Custos e Formação de Preços

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas e empresas de pequeno porte, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

*Classif. documental*

00.01.01.17



TRF2EDT202400121A

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016

Anexo V - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;

Anexo VI - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;

Anexo VII - Modelo Planilha BDI;

Anexo VIII -Cronograma Físico Financeiro;

Anexo IX - Plantas;

Anexo X - Minuta do Contrato Administrativo.

**1 - OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de quatro conjuntos motobomba na torre de refrigeração do sistema de ar condicionado do prédio sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência e Especificações Técnicas - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e deverá ser adjudicado a uma única licitante.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

### **2.3 - Não poderão participar:**

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;



2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:



2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### 3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### 4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.



4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência e Especificações Técnicas – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - Preço total, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do Anexo II deste Edital;

5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.

5.1.7 - Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indireta, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo constante do Anexo VII deste Edital

5.1.8 - **Prazo de vigência do contrato:** 120 (cento e vinte) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante;

5.1.9 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.10 - **Prazo de execução: máximo de 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data estipulada pela fiscalização na Ordem de Início dos serviços a ser emitida pelo gestor do contrato, conforme cronograma físico-financeiro;



5.1.11 - **Prazo de garantia dos serviços**, será de, no mínimo, **5 (cinco) anos**, a contar do recebimento definitivo de que trata o item 15 deste Edital;

5.1.11.1 - O prazo de garantia dos conjuntos motobombas bombas será de, no mínimo, 01 (um) ano a contar da data da entrega no TRF2, documentada através da apresentação de uma cópia da Nota Fiscal de compra das bombas. A empresa também deverá entregar o manual Técnico das bombas;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.11, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.4 – Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos/serviços no *compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência e Especificações Técnicas - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.



5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

## 6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo TRF - 2ª Região. (artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação (artigo 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

6.10 - Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.



6.11 - Caso a proposta do licitante vencedor tenha sido inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

## 7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **MENOR PREÇO TOTAL**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.





7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 0,01 (um) centavo**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizados os procedimentos previstos no item 8, se couber, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.13 - Após o julgamento, a licitante vencedora deverá reelaborar e apresentar as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final (artigo 56, § 5º, da Lei nº 14.133/2021)

## 8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.



8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.3.1 - Na hipótese do certame não ser exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma;

8.3.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora;

8.3.3 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.5 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.3.6 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123 /2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério de desempate:

8.5.1 - Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



8.6 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.6.1 - Empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.6.2 - Empresas brasileiras;

8.6.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.6.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.7 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, serão as empresas convocadas para um sorteio eletrônico, a ser realizado no site <https://sorteador.com.br>. Para tal o pregoeiro, no chat, informará a data, horário e local para possibilitar a presença dos interessados.

8.7.1 – Ainda que não haja o comparecimento de interessados, o sorteio eletrônico ocorrerá na data e horários previamente marcados.

8.7.2 – O relatório do sorteio eletrônico será anexado aos autos do processo administrativo e divulgado aos licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os demais procedimentos previstos neste item 8, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.



8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 – Caso a proposta do licitante vencedor tenha sido inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.15 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o pregoeiro aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.16 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>).



9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

## 9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio

## 9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20 /2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;



9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

**9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:**

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 /2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei.

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

## 9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA comprovando o registro ou inscrição da licitante na área de Engenharia Mecânica e o seu atual quadro de responsáveis técnicos.

9.5.1.1 - Um dos responsáveis técnicos arrolados na certidão supra deverá ser engenheiro mecânico.

9.5.1.1.1 - No caso de a empresa licitante ou responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos desses órgãos regionais por ocasião da assinatura do Contrato.

9.5.2 - Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

9.5.2.1 - Capacitação técnico-profissional - comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data da licitação, 01 (um) profissional de nível superior, Engenheiro Mecânico, reconhecidos pelo CREA, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT expedidas por esses Conselhos que comprovem a execução de serviços de reforma, em um único atestado, com características similares às do objeto deste Termo, envolvendo serviços de montagem de tubulações com substituição de bombas centrífugas.

9.5.2.2 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato /estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência





9.5.2.3 - Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverão participar da execução do objeto desta licitação.

9.5.2.4 - No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/21, por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.5.3 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9.5.3.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou serviços de reforma, com características similares às do objeto deste Termo, envolvendo serviços de montagem de tubulações com substituição de bombas centrífugas.

9.5.3.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.3.2 - Para efeito da comprovação de capacitação técnico-operacional, não será admitida apresentação de atestados em nome de empresas subcontratadas.

9.5.3.3 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.4 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

## 10 - VISTORIA

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

10.1.1 - As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas com a Seção de Manutenção de Instalações Mecânicas - SEMMEC, pelo telefone 2282-8168 ou pelo e-mail [semmec@trf2.jus.br](mailto:semmec@trf2.jus.br).





10.2 - Tendo em vista a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos equipamentos ou eventuais dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

10.3 - Esta Vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados, como aspectos arquitetônicos do local, condições e dificuldades técnicas, bem como a confirmação de medidas.

10.4 - A vistoria técnica, do local dos serviços, deve ser feita individualmente, com cada um dos licitantes, em data e horário previamente estabelecidos.

10.5 - A licitante poderá optar por substituir a vistoria pela apresentação de declaração formal assinada por seu responsável técnico atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, sob pena de inabilitação.

10.6 - O CERTIFICADO DE VISTORIA será emitido pela Seção de Manutenção de Instalações Mecânicas - SEMMEC, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação

## 11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF 2ª Região para o corrente exercício.

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.413	4.4.90.51.92

## 12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.



12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

### 13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

### 14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual/retirada da Nota de Empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.



14.3 - No ato da assinatura do Contrato/retirada da nota de empenho, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.5.1 - Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, o TRF - 2ª Região, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.5.1.1 - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.5.1.2 - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Contrato/Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato ou recebimento da nota de empenho.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

**14.11 - GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 96, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/21, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser firmado.

14.11.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada à Administração do CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no § 3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.11.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.11.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

14.11.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

14.11.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;



14.11.2.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

14.11.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.11.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

14.11.4.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 14.11.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

14.11.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 14.11.4 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.11.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

14.11.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.11.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

14.11.7 - Será considerada extinta a garantia:

14.11.7.1- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.11.7.2 - Com a extinção do contrato.

14.11.8 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.11.8.1 - Caso fortuito ou força maior;



14.11.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

14.11.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.11.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

14.11.9 - Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 14.11.8.3 e 14.11.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo.

## 15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificada a conformidade dos serviços aos termos contratuais;

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

15.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 15.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.



15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

15.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer seu acompanhamento e fiscalização.

## 16 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, após o 5º dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços, de acordo com a medição prevista no item 7.8 do Termo de Referência, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, discriminativo dos serviços prestados devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

16.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

16.2.1. Planilha de Medição dos serviços executados

16.2.2. - Relatório Fotográfico

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23;





16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

16.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 7.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.8 - Critérios de Medição: Como regra geral, o critério de medição será o fornecimento e a efetiva instalação do material e/ou equipamento, com aprovação da fiscalização, de acordo com as unidades definidas na planilha orçamentária.

## 17 - DAS SANÇÕES

17.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

17.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





17.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

17.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

17.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12 acima, bem como nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.2.

17.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2.4 - Multa:

17.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.



17.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

17.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

17.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

17.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

17.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

17.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;



c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

17.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **18 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

18.1 - A disciplina relativa ao Instrumento de Medição de Resultados - IMR está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital.

## **19 - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS**

19.1 - A disciplina relativa à Matriz de Alocação de Riscos está prevista no item 12 do Termo de Referência - Anexo II deste Edital.

## **20 - DISPOSIÇÕES FINAIS**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



20.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

20.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

20.3 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

20.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

20.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

20.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

20.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

20.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

20.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 20.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

20.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.



TRF2EDT202400121A



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

- assinado eletronicamente -  
FERNANDA DE ANDRADE VECCHI  
Coordenador(a)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2024/00404**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

**1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

**1.1.1 OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento e instalação de quatro conjuntos motobomba na torre de refrigeração do sistema de ar condicionado do prédio sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

**1.1.2 DESCRIÇÃO DO SERVIÇO**

A Contratada deverá fornecer e instalar 04 (quatro) conjuntos motobombas centrífugas de fabricação própria da empresa MCA Bombas, tipo 344, para atender ao ponto de trabalho de 140 m³/h (vazão) e 30 mca (Altura manométrica total), e executar todos os serviços necessários para a ligação das bombas descritas no ANEXO A - Especificações técnicas, com os quantitativos descritos na Planilha Orçamentária Sintética (ANEXO B).

**1.1.3 FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

1.1.3.1 Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, nos finais de semana de 7:00 às 18:00h, podendo ser necessária a conclusão de cada etapa no primeiro dia útil da semana. Nesse dia útil, nos casos em que o ruído ou outra externalidade da obra estejam prejudicando o funcionamento das atividades do Tribunal, a Fiscalização poderá requerer à contratada a interrupção temporária, parcial ou geral, da execução dos serviços.

1.1.3.2 A CONTRATADA deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de fabricação compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

1.1.3.3 A CONTRATADA deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios sejam novos, de alto grau de qualidade, em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis, e que entrarão em operação em plenas condições de funcionamento.

1.1.3.4 A CONTRATADA deverá garantir que serão prontamente reparados e substituídos, a sua própria custa, todos os serviços e equipamentos ou componentes de sistemas que acusarem defeitos ou quaisquer anormalidades no funcionamento durante o período de garantia.

**1.2 PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA:**

1.2.1 O prazo máximo de execução dos serviços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estipulada pela fiscalização na Ordem de Início dos serviços a

Classif. documental

30.01.01.01



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

SIGA



TRF2TER202400404A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

ser emitida pelo gestor do contrato, conforme Cronograma físico-financeiro (Anexo VIII do Edital).

**1.2.2 Condições para emissão da Ordem de Início dos Serviços:**

**1.2.2.1 Apresentação da designação formal do Preposto;**

**1.2.2.2 Apresentação de ART junto ao CREA-RJ referente à execução dos serviços, emitida por profissional legalmente habilitado;**

**1.2.2.3 Cronogramas físicos detalhados, geral e parciais, por local, assim como o planejamento dos serviços a serem executados.**

**1.2.3 Os documentos supracitados deverão ser apresentados impreterivelmente em até 07 (sete) dias, contados a partir da assinatura do contrato.**

**1.3 PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE:**

**1.3.1 O prazo de garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.**

**1.3.2 O prazo de garantia dos conjuntos motobombas bombas será de, no mínimo, 01 (um) ano a contar da data da entrega no TRF2, documentada através da apresentação de uma cópia da Nota Fiscal de compra das bombas. A empresa também deverá entregar o manual Técnico das bombas.**

**1.4 CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:**

Não se aplica

**1.5 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - REGRAS:**

Não se aplica

**1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

**1.6.1 Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA comprovando o registro ou inscrição da licitante na área de Engenharia Mecânica e o seu atual quadro de responsáveis técnicos.**

**1.6.1.1- Um dos responsáveis técnicos arrolados na certidão supra deverá ser engenheiro mecânico.**

**1.6.1.2 - No caso de a empresa licitante ou responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos desses órgãos regionais por ocasião da assinatura do Contrato.**

**1.6.2 Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação:**



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

2



TRF2TER20240040A

SIGA



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.6.2.1 Capacitação técnico-profissional - comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data da licitação, 01 (um) profissional de nível superior, Engenheiro Mecânico, reconhecidos pelo CREA, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT expedidas por esses Conselhos que comprovem a execução de serviços de reforma, em um único atestado, com características similares às do objeto deste Termo, envolvendo serviços de montagem de tubulações com substituição de bombas centrífugas.

1.6.2.1.1 O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

1.6.2.1.2 Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverão participar da execução do objeto desta licitação.

1.6.2.1.3 No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

1.6.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

1.6.3.1- A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou serviços de reforma, com características similares às do objeto deste Termo, envolvendo serviços de montagem de tubulações com substituição de bombas centrífugas.

1.6.3.1.1- Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

1.6.3.2- Para efeito da comprovação de capacitação técnico-operacional, não será admitida apresentação de atestados em nome de empresas subcontratadas.

1.6.3.3- No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

**1.7 VISTORIA:**

1.7.1- A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

1.7.1.1- As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas com a Seção de Manutenção de Instalações Mecânicas - SEMMEC, pelo telefone 2282-8168 ou pelo e-mail semmec@trf2.jus.br.



TRF2TER20240040A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.7.2- Tendo em vista a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos equipamentos ou eventuais dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

1.7.3- Esta Vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados, como aspectos arquitetônicos do local, condições e dificuldades técnicas, bem como a confirmação de medidas.

1.7.4- A vistoria técnica, do local dos serviços, deve ser feita individualmente, com cada um dos licitantes, em data e horário previamente estabelecidos.

1.7.5- A licitante poderá optar por substituir a vistoria pela apresentação de declaração formal assinada por seu responsável técnico atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, sob pena de inabilitação.

1.7.6- O CERTIFICADO DE VISTORIA será emitido pela Seção de Manutenção de Instalações Mecânicas - SEMMEC, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação."

#### 1.8 METAS FÍSICAS:

1.8.1 Melhoria do funcionamento do sistema de refrigeração do prédio do TRF2.

1.8.2 Equipar o sistema de refrigeração do prédio disponibilizando as bombas necessárias para seu perfeito funcionamento.

#### 1.9 LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO:

1.9.1 Os serviços serão executados no prédio sede do Tribunal Regional da 2ª Região, situado na Rua Acre nº 80. As bombas serão instaladas na cobertura do prédio, onde se encontram as Torres de Resfriamento do sistema de ar condicionado.

1.9.2 O descarregamento e o transporte das bombas até o local de sua instalação ficará a cargo da empresa contratada, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

#### 1.10 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO:

Não se aplica

#### 1.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.11.1 - Nos trabalhos desenvolvidos nas dependências deste Tribunal, assegurar a integridade física, isenta de riscos, das instalações e equipamentos já existentes ou executados na edificação, providenciando, onde necessário, a embalagem dos mesmos. Ao final dos serviços a contratada deverá entregar os locais onde se desenvolveram os serviços devidamente limpos e recuperados.



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

4

SIGA



TRF2TER202400404A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.11.2- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços ou materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções. Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo contratante, sem qualquer ônus para o contratante.

1.11.3 - Permitir o livre exercício da fiscalização credenciada pelo Tribunal. O exercício da fiscalização pelo Tribunal Regional Federal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

1.11.4- Facilitar a inspeção dos materiais e serviços por parte da fiscalização, facultando a esta o acesso aos depósitos ou qualquer outra dependência que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto do contrato.

1.11.5 - Arcar com todas as despesas decorrentes de eventual execução dos trabalhos, quer com insumos, quer com mão de obra, inclusive em horário extraordinário (diurno, noturno, domingos e feriados), inclusive com iluminação, instalações e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes e inspeções técnicas necessárias à aceitação e recebimento dos mesmos;

1.11.6 – Responsabilizar-se pelo transporte horizontal e vertical dos materiais, equipamentos, ferramentas e funcionários necessários à execução dos serviços.

1.11.7 - Fornecer toda mão-de-obra necessária à execução dos serviços, com experiência comprovada e devidamente capacitada;

1.11.8 - Responsabilizar-se por quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução deste contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, que sobrevenham em prejuízo do contratante ou de terceiros, reparando, ou quando isto for impossível, indenizando, sem quaisquer ônus para o Tribunal.

1.11.9 - Oferecer na execução dos trabalhos a plena proteção contra riscos de acidentes (incluindo EPI's convencionais e demais materiais de segurança necessários), ao seu próprio pessoal e a terceiros, independente de transferência daqueles riscos às companhias ou institutos seguradores;

1.11.10 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho (tendo como referência as normas regulamentadoras do Ministério do trabalho), e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), adequados a todo e qualquer tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido;

1.11.11 – Zelar pela higiene e segurança do seu depósito, banheiro e vestiário, devendo evitar o acúmulo de materiais combustíveis e inflamáveis. A área destinada ao depósito e acúmulo de materiais a serem descartados deverá permanecer limpa e arrumada ao longo da execução dos serviços, assim como o banheiro e vestiário utilizados pela mesma;

## 1.12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1.12.1 – Fornecer todas as informações necessárias para a execução do serviço.



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

5



TRF2TER202400404A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>



TRF2EDT202400121A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.12.2 – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da contratada, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do contratante.

1.12.3 – Efetuar os pagamentos à contratada com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo.

1.12.4 - Disponibilizar área para guarda de ferramental e armazenamento dos materiais, bem como local para ser usado como vestiário;

1.12.5 - Disponibilizar pontos de energia e água necessários para a execução do serviço;

**1.13 CÓDIGO SIASG:** 611561

**1.14 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:**

Não se aplica

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 As bombas que atendem as Torres de Resfriamento do sistema de ar condicionado do prédio do TRF2 estão em condições precárias pelo tempo de uso (quase 40 anos) e sem possibilidade de reparo

2.2 Considerando que o funcionamento das torres de resfriamento corre o risco de ser afetado em decorrência do mau funcionamento das bombas, faz-se necessária a presente contratação para evitar prejuízos ao funcionamento do sistema de ar condicionado do prédio.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

### 3.1 Solução Escolhida

Contratação de empresa para fornecimento e instalação de quatro conjuntos motobombas para o sistema de refrigeração do prédio sede do TRF 2ª Região

3.2 O detalhamento, as especificações e os quantitativos, encontram-se dispostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

### 3.3 DO CICLO DE VIDA

3.3.1 A solução foi definida considerando seu ciclo de vida como um todo, a partir da análise geral realizada nos estudos preliminares, onde foram identificados os requisitos inerentes à forma de execução do serviço, validade dos materiais envolvidos, quantitativos necessários e as especificações técnicas com vistas à consecução do objeto proposto.

3.3.2 Foram observadas as seguintes etapas do ciclo de vida do serviço

#### 3.3.2.1 Contratação:

Será efetuada por meio de pregão eletrônico, uma vez que a solução apontada é tecnicamente viável, e em virtude da existência de empresas no mercado que viabilizam o certame.



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

6



TRF2TER20240040A

SIGA



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.3.2.2 Preparação:

3.3.2.2.1 A empresa deverá designar formalmente o preposto, informando o nome e telefone de contato no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao contrato.

3.3.2.2.2 A empresa deverá apresentar a relação dos funcionários que irão executar os serviços no prédio, indicando nome e nº de carteira de identidade, para que seja autorizado seu acesso ao prédio junto ao Setor de segurança.

3.3.2.2.3 Será definido junto ao setor responsável pelo contrato local para guarda de materiais, equipamentos e ferramentas, bem como local e horário para carga e descarga de materiais.

3.3.2.2.4 A firma deverá apresentar listagem de ferramentas e equipamentos de sua propriedade, que será entregue ao setor de segurança ao dar entrada no Tribunal, para posterior conferência na saída da firma. Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza do Tribunal, salvo quando houver autorização do Diretor competente.

3.3.2.2.5 Não há necessidade de instalações e montagens especiais visto que o prédio do TRF2 possui depósitos e vestiários disponíveis.

3.3.2.3 Execução do Serviço:

3.3.2.3.1 A contratada deverá executar os serviços de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos "Habilitação Técnica" e "Obrigações da Contratada".

3.3.2.3.2 A contratada deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade, conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de execução compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

3.3.2.3.3 Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, nos finais de semana de 7:00 às 18:00h, podendo ser necessária a conclusão de cada etapa no primeiro dia útil da semana. Nesse dia útil, nos casos em que o ruído ou outra externalidade da obra estejam prejudicando o funcionamento das atividades do Tribunal, a Fiscalização poderá requerer à contratada a interrupção temporária, parcial ou geral, da execução dos serviços.

3.3.2.3.4 A contratada deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios utilizados para a execução do serviço sejam novos, de alto grau de qualidade (inclusive os serviços), em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis.

3.3.2.3.5 As áreas de trabalho deverão ser mantidas limpas, durante toda a execução dos serviços, além do depósito e vestiário disponibilizado para a empresa.

3.3.2.4 Fiscalização



TRF2TER20240040A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>

SIGA

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do serviço conforme descrito no item 6 deste Termo, .

**3.3.2.5 Conclusão e Aceitação do Serviço:**

3.3.2.5.1 Ao término dos serviços deverá ser procedida a limpeza final dos ambientes com a remoção cuidadosa de todas as manchas com produtos e técnicas apropriadas, dispensando-se especial atenção à perfeita execução dessa limpeza nos revestimentos, vidros, pedras. Os custos referentes às operações de limpeza dos ambientes deverão estar contemplados nos valores apresentados para a execução dos respectivos serviços.

3.3.2.5.2 Concluído o serviço, a Contratada deverá providenciar a remoção de quaisquer entulhos e/ou detritos acumulados no local.

3.3.2.5.3 O eventual descarte de detritos e/ou entulhos deverá ser efetuado de acordo com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

3.3.2.5.4 A aceitação dos serviços se dará após a conferência final do gestor ou comissão gestora do contrato, assegurando que todos os termos e condições do contrato foram cumpridos e que quaisquer responsabilidades ou obrigações remanescentes foram adequadamente executadas.

3.4 O objeto deste Termo não contempla a assunção de obrigações futuras, tais como assistência técnica e/ou manutenção.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE**

4.1.1 O serviço deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos "Habilitação Técnica" e "Obrigações da Contratada".

4.1.2 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade do serviço prestado.

4.1.3 A empresa deverá prestar os serviços objeto do presente Termo dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo Contratante, com a observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação, assim como, observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

4.1.4 A contratada deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos serviços elencados neste Termo de Referência.

4.1.5 A contratada deverá fornecer todos os equipamentos de segurança necessários para a adequada execução de serviços, conforme o art. 6º, inciso IV, da IN SLTI MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010 e a Portaria MTb nº 2175, de 28 de julho de 2022, que regulamenta a NR 06 sobre equipamentos de proteção individual.



TRF2TER202400404A



TRF2EDT202400121A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4.1.6 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:**

Buscando atender aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos para as compras públicas sustentáveis a Contratada deverá:

4.2.1 Todos os elementos discriminados no Termo de Referência, no que tange à composição, execução, instalação e ao armazenamento de suas respectivas embalagens, devem ser, no que couber, condizentes com as disposições estabelecidas no artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.2.2 A contratada deverá optar preferencialmente pela utilização de materiais sustentáveis (materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos) na execução da solução contratada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.3 Deve ser evitada a utilização de máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

4.2.4 A contratada deverá adotar práticas que minimizem a geração de resíduos e consumo de energia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.5 Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, respeitando a Logística Reversa de Resíduos Sólidos determinada na Lei Nº 12.305/2010.

4.2.6 A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao TRF2 em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas ao serviço objeto do presente Termo de Referência.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):**

5.1 A proposta está em consonância com o Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026, objetivos estratégicos: *Aprimorar a estrutura organizacional da área administrativa e da área judicial, Elevar a qualidade dos serviços prestados, Fortalecer o clima organizacional e promover o bem-estar de todos.*

5.2 Alinha-se, ainda, com a ODS 16 da Agenda 2030/ONU, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

5.3. Benefícios Diretos:

5.3.1. Melhoria do funcionamento do sistema de refrigeração do prédio do TRF2

5.3.2 Equipar o sistema de refrigeração do prédio disponibilizando as bombas necessárias para seu perfeito funcionamento.

5.4. Benefícios Indiretos:



TRF2TER20240040A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

5.4.1. Assegurar a continuidade dos serviços prestados por esta Corte, em consonância com seus objetivos e metas estratégicas;

5.4.2. Melhor desempenho dos recursos humanos por proporcionar ganhos de produtividade em decorrência do fornecimento de material necessário ao desenvolvimento das atividades judiciais e administrativas do Órgão;

5.4.3. Entrega à sociedade de uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:

6.1- Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

6.2 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.3- Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.4- Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

6.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

6.6 - A fiscalização técnica dos contratos avaliará a entrega do material para evitar que a CONTRATADA deixe de produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.7 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1- O pagamento será efetuado em medições mensais, mediante a apresentação dos documentos listados no item 7.2 e de acordo com os critérios previstos no item 7.8, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, discriminativo dos serviços prestados devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(is) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

SIGA



TRF2TER202400404A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7.1.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

7.1.2 - Para fins do disposto no item 7.1.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

7.2.1 Planilha de Medição dos serviços executados

7.2.2 Relatório Fotográfico

7.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

7.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23

7.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

7.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

7.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 7.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.8 - Critérios de Medição:

Como regra geral, o critério de medição será o fornecimento e a efetiva instalação do material e/ou equipamento, com aprovação da fiscalização, de acordo com as unidades definidas na planilha orçamentária.



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>



TRF2TER202400404A

SIGA



TRF2EDT202400121A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7.8.1 - Para os itens abaixo descritos, os critérios serão os seguintes:

7.8.1.1 Item 5.1 da planilha - Fornecimento de grupo de motobombas - será pago 50% do valor do item na entrega dos 04 (quatro) grupos de motobombas no prédio do TRF2, comprovada pela apresentação da Nota Fiscal e Manual Técnico das bombas. O restante (50%) será pago após a instalação, teste de funcionamento e aprovação pela fiscalização

7.8.1.2 - Item 7.1 da planilha - Administração local: o pagamento será proporcional à execução financeira dos serviços.

7.8.1.3 - Item 4.2 da planilha - Locação de caçamba: o pagamento será efetuado após a apresentação do Manifesto de Transporte de Resíduos (INEA), assinado pela empresa responsável pela destinação final

## 8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Trata-se de serviço ser contratado por meio de Pregão eletrônico, pelo critério de menor preço.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado será o indicado em planilha anexa ao Edital.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID 281 da PO 2024

## 11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2 O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3 Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>



TRF2TER202400404A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>



TRF2EDT202400121A

PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1	0,5% sobre o valor prestado de serviço Ou sobre o valor prestado na medição do serviço
2	1,0% sobre o valor prestado de serviço
3	1,5% sobre o valor prestado de serviço
4	2,0% sobre o valor prestado de serviço
5	3,0% sobre o valor prestado de serviço

Tabela 02		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do serviço;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços;	3
4	Deixar de acusar o recebimento de mensagens eletrônicas do gestor do contrato no prazo máximo de 24hs, a partir do envio da mesma;	4
5	Recusar-se a executar serviço constante no objeto contratual, determinado pela fiscalização;	2
6	Retirar funcionários durante a execução do serviço, sem a anuência prévia do contratante;	3
7	Subdimensionar a proporção adequada de pessoal, causando transtornos ao Tribunal devido à demora na execução de seus serviços;	3



TRF2TER202400404A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

8	Providenciar equipe de trabalho, sem estar devidamente uniformizada e com EPI's necessários.	4
9	Deixar de Informar por escrito a relação dos responsáveis pelo contrato e seus telefones de contato possibilitando a solução de ocorrências previstas e imprevistas.	2
10	Deixar de fornecer materiais, ferramentas e equipamentos em conformidade com as cláusulas contratuais, e em quantidade suficiente para a execução do serviço dentro do prazo contratual	2
11	Negar a refazer serviço não aprovado pelo(a) Gestor(a) do contrato.	3
12	Deixar de realizar os serviços no prazo contratual, sem justificativa prévia	5

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1 Vislumbra-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não incluem-se, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.

Risco 01	Risco:	Atraso ou fracasso no processo licitatório	
	Probabilidade:	Médio	
	Impacto:	Médio	
	Dano 1:	Risco de paralisação do sistema de refrigeração do prédio.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Setor responsável pelo serviço



TRF2TER202400404A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.	Setor responsável pelo serviço
3	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Setor responsável pelo serviço
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1	Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Direção Secretaria
2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Administração TRF

<b>Risco 02</b>	<b>Risco:</b>	Especificação Insuficiente para o material	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa	
	<b>Impacto:</b>	Alto	
	<b>Dano 1:</b>	Bens adquiridos de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.	Setor responsável pelo serviço
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>



TRF2TER202400404A

SIGA



TRF2EDT202400121A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	1	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.	Equipe de Fiscalização
--	---	--	------------------------

PR ALTA OB AB ILI MÉDI DA A DE DE OC BAIX OR A RÊ NC IA		Risco 1	
			Risco 2
	BAIXA	MÉDIA	ALTA

GRAVIDADE /IMPACTO

13. ANEXOS: Os anexos ao presente termo constarão no Edital.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2024.

- assinado eletronicamente -  
ELIAS GUIMARAES ABREU  
Supervisor(a)  
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES MECÂNICAS



Assinado com senha por ELIAS GUIMARAES ABREU - 21/08/2024 às 17:07:55.  
Documento Nº: 4201774-9435 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201774-9435>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:32.  
Documento Nº: 4157976.36773864-5041 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773864-5041>





JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE  
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR  
NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR

ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Esta Especificação Técnica tem como objetivo fornecer diretrizes para a execução segura e eficiente da obra de substituição das bombas centrífugas do sistema de refrigeração do prédio sede. É imprescindível que todas as etapas sejam realizadas em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, garantindo a preservação da integridade do entorno, a segurança dos trabalhadores e a mitigação/minimização de impactos ao meio ambiente.

Dentre as inúmeras Normas e Regulamentos a serem observados, lista-se:

- Norma Regulamentadora NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade): Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.
- Norma Regulamentadora NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção): Esta norma estabelece diretrizes para a segurança e saúde dos trabalhadores envolvidos em atividades da indústria da construção;
- ABNT NBR 7.678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção) : Esta Norma fixa as condições exigíveis de segurança e higiene em obras e serviços de construção e os procedimentos e medidas, de caráter individual e coletivo, para manutenção dessas condições na execução de tarefas específicas;
- MANUAL TÉCNICO DO FABRICANTE DA BOMBA CENTRÍFUGA;
- ABNT NBR 15.845 (Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos - Áreas de Transbordo e Triagem - Diretrizes para Projeto, Implantação e Operação): Esta norma estabelece as diretrizes para a gestão adequada dos resíduos gerados pela demolição, incluindo a segregação e destinação correta dos materiais;
- Legislação Ambiental: Além das normas técnicas de construção, é fundamental observar as leis e regulamentos ambientais locais, estaduais e nacionais que regem a Construção Civil, especialmente no que diz respeito à destinação dos resíduos e à proteção do meio ambiente;

A lista de Normas e Regulamento supracitada é meramente exemplificativa, cabendo a CONTRATADA observar as disposições das mesmas e de outras normativas relacionadas a execução do objeto do contrato.



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento N°: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>



TRF2INC202401835A

SIGA



TRF2EDT202400121A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento N°: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

**I - OBJETO**

Fornecimento e instalação de quatro conjuntos motobomba na torre de refrigeração do prédio sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região localizado na Rua Acre nº 80, Centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ.

**II - GARANTIA**

Compete à empresa executora garantir e responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços listados, nos termos da legislação em vigor, obrigando-se a substituir e / ou refazer, sem ônus para a contratante, qualquer serviço ou material que não esteja de acordo com as condições deste memorial e projeto básico; bem como, não executados a contento. A garantia dos serviços deverá ser de cinco anos a partir do aceite definitivo da obra e a garantia do conjunto motobomba deverá ser de 12 meses (um ano) a partir da entrega no TRF 2ª Região, documentado com o fornecimento de uma cópia da nota fiscal ao gestor do contrato, assim como do manual técnico da bombas.

**III - VISTORIA**

Antes da apresentação da proposta, a empresa deverá examinar os desenhos, especificações e demais elementos técnicos fornecidos para execução dos serviços, bem como recomenda-se vistoriar previamente o local da obra a fim de levantar quantidades, verificar a complexidade dos serviços e também eventuais dúvidas, omissões ou falhas, as quais deverão ser sanadas antes da licitação.

A empresa deverá comunicar, imediatamente e por escrito, eventuais discrepâncias, erros ou omissões que porventura tenha observado de forma a sanar aqueles que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento da obra antes da licitação.

As diretrizes, regras e procedimentos a serem adotados sobre a vistoria do local, ou dispensa, constarão no Edital de Licitação e documentos correlatos.

**IV - ALTERAÇÃO DE SERVIÇOS**

Se, por qualquer motivo, houver necessidade de alteração das obras / serviços e / ou especificações dos serviços licitados ou, se surgirem problemas durante o transcorrer das mesmas, não possíveis de serem previstos com antecedência, a contratada deverá justificar, por escrito, tais alterações e / ou problemas, submetendo-os, previamente, à fiscalização.



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento Nº: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>

SIGA



TRF2INC202401835A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento Nº: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>

SIGA





**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

**V - ORÇAMENTO**

O orçamento que acompanha este memorial é a fonte de referência para a licitação.

Para cotação realística dos serviços das licitantes é fortemente recomendado a vistoria do local para reconhecimento das condições atualmente existentes.

A CONTRATADA deverá apresentar o seu orçamento de forma completa e de modo a contemplar todos os serviços, equipamentos e materiais para que atenda à obra, conforme as peças gráficas (plantas e afins) e a especificação técnica.

**VI - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a observação e adoção dos equipamentos de segurança adequados, visando não permitir a ocorrência de danos físicos e materiais, não só em relação aos seus funcionários, como também, em relação aos funcionários da edificação onde se realizará a obra, e demais usuários.

Caberá à CONTRATADA a montagem e desmontagem de andaimes, caso necessário, assim como a responsabilidade pelo fechamento das áreas próximas ao local onde estiverem sendo executados os serviços, com tapumes ou lonas plásticas, visando não interferir nas demais atividades realizadas nas dependências do edifício.

**VII - MATERIAIS**

O licitante deverá incluir em seus preços o FORNECIMENTO de todos os materiais necessários à execução e a INSTALAÇÃO dos serviços relacionados neste documento, nas peças gráficas (Plantas e afins) ou relacionados no orçamento.

Todos os materiais a serem utilizados serão novos, de primeira qualidade, resistentes e adequados à finalidade a que se destinam, sendo em caso de reformas devem ser utilizadas as marcas especificadas para fins de padronização dos materiais aplicados na edificação existente.

A FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério, solicitar as notas fiscais de aquisição de material, bem como solicitar a CONTRATADA a realização de testes, atestados, etc., dos materiais aplicados a fim de comprovar se os mesmos estão de acordo com as normas técnicas pertinentes e ao material especificado.

A FISCALIZAÇÃO poderá solicitar uma vistoria em conjunto com o representante do fabricante, visando obter o melhor controle de qualidade possível dos serviços e produtos utilizados.



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento Nº: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>



TRF2INC202401835A

SIGA



TRF2EDT202400121A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento Nº: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE  
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR  
NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR

### VIII - MÃO DE OBRA

Os serviços serão executados com mão de obra qualificada, com especialização para cada tipo de serviço.

A CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO, antes do início das obras ou sempre que contratar um novo colaborador, a relação dos funcionários que irão prestar serviço no local, com os respectivos números de identidade (RG) e cadastros de pessoa física (CPF). Não será permitida a entrada de colaborador da CONTRATADA sem prévia autorização do setor de segurança do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Todos os funcionários da CONTRATADA deverão estar, necessariamente, com os respectivos crachás de identificação, bem como, uniforme completo com logomarca da empresa.

Para esta obra, os serviços deverão ser executados preferencialmente nos finais de semana de 7:00h às 18:00h podendo se necessário ter cada etapa concluída no primeiro dia útil da semana. Caso seja necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá requerer a CONTRATANTE para das temporárias, parciais ou gerais de frentes de trabalhos sempre que o ruído ou outra externalidade da obra estejam impactando o funcionamento e as atividades do Tribunal.

### IX - RELAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, DE ACORDO COM A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Em caso de divergência de informações entre os documentos técnicos da Licitação, prevalecem na seguinte ordem o Termo de Referência sobre as peças gráficas (Plantas e afins), estas últimas sobre esta Especificação Técnica que por sua vez predomina sobre a Planilha Orçamentária e Cronograma.

A Especificação Técnica dos Serviços são apresentadas abaixo na mesma ordem dos itens da planilha orçamentária e do cronograma físico-financeiro.

#### 1. SERVIÇOS PRELIMINARES

##### 1.1 – Emissão de ART

Deverá ser emitida e entregue a FISCALIZAÇÃO, com data da emissão da ordem de início, a ART de execução **registrada e devidamente quitada no CREA-RJ**. A Contratada deverá entregar à fiscalização a ART quitada em um prazo máximo de dois dias úteis após a ordem de início, sob pena de paralização da obra em caso de descumprimento.

##### 1.2 – Placa de Obra

Deverá ser afixada a Placa de Obra produzida em lona, conforme o Padrão do TRF a ser disponibilizado pela FISCALIZAÇÃO, com informações do Contrato, em local a ser definido pela fiscalização com 2,0m de comprimento por 1,15m de largura. Esta fixação deverá ser feita antes do início da obra ou excepcionalmente na manhã do primeiro dia de obra.



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento Nº: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>

SIGA



TRF2INC202401835A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento Nº: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>

SIGA



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE  
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR  
NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR

Este serviço abrange o fornecimento e a fixação da Placa de Obra confeccionada em lona, proporcionando uma solução eficaz para a sinalização e identificação das informações do contrato e da obra. O objetivo principal é comunicar de forma clara e visível a natureza e status da obra, promovendo a segurança, informação aos transeuntes e atendendo ao princípio Constitucional da Publicidade dos Atos da Administração Pública.

O procedimento inicia-se com a escolha da lona de alta qualidade, resistente às condições climáticas e duradoura. A lona será personalizada de acordo com as informações relevantes da obra, conforme padrão a ser disponibilizado pela FISCALIZAÇÃO. A placa terá com 2,0m de comprimento por 1,15m de largura.

A fase de fixação envolve a instalação segura da placa de obra em locais estratégicos, garantindo visibilidade adequada e conformidade com as normas locais. Serão utilizados materiais de fixação resistentes e duráveis para assegurar a estabilidade da placa durante toda a duração da obra. O local de fixação da placa será definido pela FISCALIZAÇÃO, sendo que a Placa deve ser instalada até o primeiro dia de início da execução física do objeto.

### 1.3 – Proteção de Elevador

O elevador a ser utilizado para transporte dos materiais a serem utilizados na obra, assim como os a serem descartados deverá ser protegido da seguinte forma:

Proteção das paredes com manta protetora em papel kraft integrado com plástico bolha de alta resistência e chapa de madeira compensada naval com espessura de 6mm presa com cunhas de madeira no piso para não danificar o acabamento das paredes.

Proteção do piso com manta protetora em papel kraft integrado com plástico bolha de alta resistência e chapa de madeira compensada naval com espessura de 6 mm.

### 1.4 – Proteção de Piso – Fornecimento e Instalação

A proteção de piso é realizada com material protetor de piso tendo a marca de referência "salvapiso". Refere-se a um serviço que envolve o fornecimento e a instalação de um material projetado para proteger o piso de danos durante as atividades da obra.

Este tipo de serviço será executado em áreas nos quais a integridade do piso deverá ser mantida, sendo a proteção temporária necessária para garantir que as atividades realizadas pela obra não causem danos permanentes ao ambiente.

A proteção deverá ser mantida bem fixada e substituída sempre que for danificada.

## 2. TRANSPORTES

### 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 – Transporte horizontal e vertical de materiais

No contexto do transporte manual de materiais em uma obra, a eficiência e a segurança são aspectos primordiais. Antes de iniciar o deslocamento, é essencial avaliar cuidadosamente a quantidade de material a ser movido para determinar a abordagem mais adequada,



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento Nº: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>

SIGA



TRF2INC202401835A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento Nº: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>

SIGA



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE  
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR  
NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR

fazendo um planejamento prévio de forma a mitigar os riscos e minimizar os transtornos desta atividade a edificação e e suas atividades.

A escolha do equipamento certo, como carrinhos, carrinhos de mão ou outros dispositivos apropriados, é crucial para facilitar o transporte, minimizando esforços desnecessários. Contudo, o material e técnica utilizada não pode causar danos ao piso, elevadores e paredes dos ambientes. Durante o carregamento, é importante distribuir o peso de forma equilibrada para evitar desequilíbrios ao longo do percurso.

A utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas, é indispensável para garantir a segurança pessoal durante o transporte manual. A comunicação eficiente com a equipe, indicando movimentações iminentes de materiais, contribui para evitar surpresas e prevenir acidentes.

Manter os caminhos desobstruídos proporciona um ambiente propício para o transporte manual, reduzindo obstáculos e minimizando riscos. A capacitação da equipe em técnicas seguras e ergonômicas é essencial, assegurando uma execução eficiente e protegida.

Evitar sobrecarregar os trabalhadores e implementar uma rotatividade adequada reduzindo a fadiga, enquanto pausas programadas garantem momentos de descanso, especialmente ao lidar com materiais pesados ou em condições adversas.

### 3. NIVELAMENTO DE BASES DE CONCRETO

#### 3.1 – Escarificação manual e corte de concreto até 3 cm de profundidade

A escarificação da base de concreto será realizada conforme detalhe em anexo para vializar que a parte superior do skid das bombas fique nivelado com a parte superior da base de concreto. A escarificação poderá ser feita manualmente ou com martetele leve para não agredir desnecessariamente a base de concreto.

#### 3.2 – Corte em concreto de pisos e lajes, com discos diamantados, utilizando cortadora de piso e asfalto.

Conforme detalhe em anexo serão realizados cortes na base de concreto para embutir as partes verticais do skid das bombas. Para minimizar a agressão às bases de concreto os cortes serão realizados com “serra clipper” utilizando-se discos diamantados de 350 mm (14”).

#### 3.3 – Abertura manual de rasgo em concreto com largura de 5 a 10 cm.

Após a execução do corte do concreto com a serra, será executado manualmente ou com martetele leve a a demolição do concreto entre os cortes conforme Detalhe 1. Essa demolição deverá ser executada de forma cuidadosa para minimizar a agressão as bases de concreto.

#### 3.4 – Grauteamento da base da bomba (skid), com graute pré-fabricado, tipo graute rápido, marca de ref.: Quartzolit. Fornecimento, preparo e lançamento.



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento N°: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>



TRF2INC202401835A

SIGA



TRF2EDT202400121A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento N°: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE**  
**DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR**  
**NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR**

- 1 Após a execução da demolição, limpar as superfícies superiores, escarificadas, de desagregados, óleos ou graxas;
- 2 Grautear e nivelar as partes superiores escarificadas com nível a laser no sentido longitudinal e transversal – área onde será apoiado o skid das das novas bombas;
- 3 Após a cura do graute, apoiar os skids para verificação das posições das bombas com as conexões dos sistemas de sucção e recalque.
- 4 Confirmando que não há imperfeições ou inclinações nas bases e que houve correto encaixe das novas bombas com as tubulações existentes – sucção e recalque - deverá ser injetado graute nos rasgos executados no concreto.

Toda a metodologia utilizada para a demolição deverá primar pela segurança de pessoas, equipamentos, instalações e da própria edificação. Deverão ser protegidas as áreas adjacentes (pisos, paredes, equipamentos) com o emprego de material tipo manta de polietileno (lona preta), chapa compensada, salvapiso, etc., de modo a preservar os equipamentos, instalações e revestimentos existentes que não serão demolidos ou retirados.

Deverá ser evitado o acúmulo de entulho na obra em quantidade que possa causar transtornos ao funcionamento do prédio ou sobrecarga excessiva sobre pisos e paredes. Deverão ser recuperados todos os revestimentos e acabamentos danificados em virtude da demolição, mantendo-se o mesmo padrão existente no local.

Todo material produto da demolição deverá ser depositado diretamente em contêineres metálicos providenciados pela Contratada. O transporte e a destinação final dos entulhos deverão seguir condições e exigências da administração local.

Os materiais, equipamentos e procedimentos a serem utilizados na execução dos serviços de demolições e remoções deverão atender às seguintes prescrições:

- Códigos, Leis, Decretos, Portarias, e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- Instruções e Resoluções dos órgãos do Sistema CREA – CONFEA e CAU-BR.

#### 4. REMOÇÃO DE ENTULHO

Em conformidade com a Lei N.º 12.305 de 02/08/2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos em vigor desde 03/08/2010, e a Resolução CONAMA n.º 307 de 05/07/2002 que trata das diretrizes, critérios e procedimentos para Gestão de Resíduos da Construção Civil, em vigor desde 02/02/2003, fica estabelecido que a CONTRATADA deverá efetuar o descarte de resíduos resultantes da obra em áreas estabelecidas pela Prefeitura do Município, de acordo com o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento Nº: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>

SIGA



TRF2INC202401835A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento Nº: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>

SIGA



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE  
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR  
NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR

Todo material originário de demolição, limpeza, remoção sem reutilização nos serviços deverão ser encaminhados para área de aterros sanitários licenciados junto a Prefeitura Municipal.

Para o acondicionamento dos resíduos e seu respectivo transporte deverão ser utilizadas caçambas estacionárias removíveis, transportáveis por poliguindastes, cobertas com lona, de acordo com o regulamento em vigor.

A geradora do resíduo deverá ter autorização ambiental — AA para dispor seus resíduos de forma adequada. Todos os custos necessários à autorização correrão por conta da CONTRATADA.

Para efetuar o transporte e o descarte dos resíduos oriundos do processo de construção ou reforma, a CONTRATADA deverá dispor ou subcontratar empresas licenciadas para a prestação específica destes serviços junto aos órgãos competentes.

Os resíduos deverão ser encaminhados a áreas específicas conforme orientação e regulamentação das Leis Municipais, sendo obrigatória a apresentação do ticket de pesagem a FISCALIZAÇÃO da obra, como comprovação da correta destinação final dos resíduos.

**4.1 – Ensacamento de Entulho Utilizando Sacos de Ráfia de 80 cm x 55 cm**

No processo de ensacamento de entulho com sacos de rafia de 80 cm x 55 cm, é essencial seguir algumas instruções para garantir eficiência no descarte dos materiais e entulho.

Selecionar sacos de rafia resistentes, assegurando-se que cada um tenha as medidas adequadas para comportar diversos tipos de entulho. Durante o manuseio, é crucial tratar os sacos com cuidado para preservar sua durabilidade.

Ao proceder com o ensacamento, organizar os sacos de maneira ordenada, empregando técnicas especializadas para garantir que cada um seja preenchido de maneira eficiente. Certificar-se de fechar e amarrar os sacos de forma segura, evitando qualquer vazamento durante o transporte.

Os sacos deverão ser preenchidos da melhor forma possível de forma a acondicionar o máximo de material possível sem que haja derramamento ou vazamento de material, fazendo assim que todo o material seja devidamente encaminhado para o local de guarda provisória e posteriormente para a caçamba.

**4.2 – Locação de Caçamba Estacionária de 5m³ para Remoção de Resíduos Sólidos Classes A, B e C**

Deverá ser contratada caçamba estacionária com capacidade de 5m³ com uma empresa devidamente licenciada. Entrar em contato para agendar a locação, especificando data e hora desejadas para entrega e retirada.

As datas deverão ser previamente combinadas com a FISCALIZAÇÃO para que sejam solicitadas todas as autorizações e seja emitido o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) em tempo hábil. Indicar claramente o local de entrega, facilitando o acesso para carga e descarga. Classificar os resíduos conforme as Classes A, B e C, assegurando disposição correta na caçamba.



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento Nº: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>

SIGA



TRF2INC202401835A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento Nº: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>

SIGA



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE  
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR  
NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR

Carregar a caçamba de forma uniforme e segura, evitando ultrapassar sua capacidade máxima. Estar ciente das regulamentações ambientais locais para disposição adequada dos resíduos, evitando materiais proibidos.

Notificar a empresa de locação quando a caçamba estiver pronta para retirada, garantindo um serviço eficiente. Ao final, deverá ser entregue o Certificado de Destinação Final (CDF) para a FISCALIZAÇÃO para fins de contabilidade dos serviços de transportes e de caçamba.

**4.3 – Carga Manual de Entulho em Caçamba Estacionária**

Posicionar a caçamba em uma área pré-determinada pela FISCALIZAÇÃO em conjunto com a segurança do Tribunal e delimitar um espaço de trabalho seguro ao seu redor. Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas resistentes, calçados de segurança e capacete, para garantir a sua segurança durante o processo.

Segregar os materiais de entulho conforme sua natureza, facilitando a posterior reciclagem. Ao carregar a caçamba, deverá fazer isso de maneira organizada, distribuindo os diferentes tipos de materiais uniformemente. Evitar jogar materiais de forma desordenada para otimizar o espaço e prevenir acidentes.

Certificar-se de não ultrapassar a capacidade máxima de carga da caçamba, evitando riscos de acidentes e assegurando a eficácia do transporte. Garantir que apenas materiais permitidos e autorizados estejam sendo depositados na caçamba, seguindo as regulamentações locais para o descarte adequado dos resíduos.

Manter uma comunicação constante com o operador da caçamba para garantir uma carga eficiente e segura. Após o carregamento, certificar-se de que a área ao redor da caçamba esteja limpa e livre de resíduos soltos.

**5. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS**

**5.1 – Conjunto motobomba, bomba marca MCA, tipo 344, em ferro fundido, mancal com vedação tipo selo mecânico, rotor com 240 mm, diâmetro nominal do recalque 100 mm, diâmetro nominal da sucção 125 mm, flange do recalque com diâmetro externo de 220 mm e oito furos de 18 mm, flange da sucção com diâmetro externo de 250 mm e oito furos de 18 mm. Incluso base metálica (skid), luva de acoplamento e proteção da parte rodante. Motor elétrico marca WEG, carcaça 160L, potência de 18,5 KW (25HP-CV), 4 polos, 60Hz, tensão nominal: 220/380/440 V, rotação nominal de 1775 RPM, grau de proteção IPW55, fornecimento.**

**a. Justificativa para compra das bombas da empresa MCA:**

As bombas existentes atualmente são da marca Albrizzi Petry, com idade aproximada de 40 anos. Esse fabricante não existe mais e a empresa MCA assumiu a produção das bombas da Albrizzi Petry mantendo as mesmas características, inclusive as dimensionais. A compra de bombas de outros fabricantes irá gerar a necessidade de modificações nas tubulações dos sistemas de sucção e recalque onerando bastante o custo da substituição das bombas.



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento Nº: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>



TRF2INC202401835A

SIGA



TRF2EDT202400121A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento Nº: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>





JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE  
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR  
NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR

**b. Detalhamento da especificação da bomba marca MCA, tipo 344**

- Carcaça em ferro fundido;
- Mancal com vedação tipo selo mecânico;
- Diâmetro do rotor = 240mm;
- Rotação de 1750 rpm;
- Entrada (sucção) DN 5" – 125 mm;
- Diâmetro externo do flange da sucção = 250 mm com oito furos de 18 mm;
- Saída (recalque) DN 4" – 100mm;
- Diâmetro externo do flange do recalque = 220 mm com oito furos de 18 mm;

**c. Detalhamento do motor elétrico trifásico de indução – Rotor de Gaiola**

- Marca WEG;
- Linha do produto: W22 – Premium Efficiency;
- Carcaça 160 L;
- Potência: 18,5 KW (25 HP – CV);
- Número de polos: 4;
- Frequência: 60 Hz;
- Tensão nominal: 220/380/440 V;
- Corrente nominal: 64.0 / 37.1 / 32.0 A;
- Corrente de partida: 442 / 256 / 221 A;
- Ip/In: 6.9;
- Corrente a vazio: 29.0 / 16.8 / 14.5 A;
- Rotação nominal: 1775 rpm;
- Escorregamento: 1,39%;
- Conjugado nominal: 10.2 kgfm;
- Conjugado de partida: 270%;
- Conjugado mínimo: 230%;
- Conjugado máximo: 280%;
- Classe de isolamento: F;
- Fator de serviço: 1.25;
- Momento de inércia (J): 0,1813kgm²;
- Tempo de rotor bloqueado: 13s (quente) 23s (frio);
- Elevação de temperatura: 80 K;
- Regime de serviço: S1;
- Temperatura ambiente: -20 °C a + 40°C;
- Altitude: 1000m;
- Grau de proteção: IPW55;
- Método de refrigeração: IC411 –TFVE;
- Forma construtiva: B3D;
- Sentido de rotação: Ambos;



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento N°: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>

SIGA



TRF2INC202401835A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento N°: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>

SIGA



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE  
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR  
NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR

- Nível de ruído: 64 dB(A);
- Classe de vibração: A;
- Método de partida: Partida direta;
- Acoplamento: Direto;
- Massa aproximada: 148 kg;
- Plano de pintura: 203 A;
- Cor: RAL 5009;
- Categoria: N;
- Potência 50% Rendimento (%) 92,4 Cos Ø 0,64;
- Potência 75% Rendimento (%) 93,6 Cos Ø 0,75;
- Potência 100% Rendimento (%) 93,6 Cos Ø 0,81;

Observações:

Estão inclusos no preço:

- Bases metálicas (skids);
- Luvas de acoplamento;
- Proteção das partes rodantes;
- Frete com entrega no TRF 2ª Região (preço CIF);
- ICMS.

Garantia de 01 ano contra defeitos de fabricação a partir da entrega no TRF 2ª Região, documentado com o fornecimento de uma cópia da nota fiscal ao gestor do contrato, assim como do manual técnico da bombas.

**5.2 – Instalação de conjunto motobomba (mão de obra para instalação e materiais para fixação)**

A ser executada de acordo com os itens VII e VIII do preâmbulo da presente especificação.

**5.3, 5.4, 5.5 – Junta de papelão hidráulico com 3,2 mm de espessura para flange DN = 4", para flange DN = 5" e para flange DN = 6"**

Papelão hidráulico de uso universal contendo fibra de aramida, cargas reforçantes e outros materiais estáveis a elevadas temperaturas ligados com borracha NBR.

Deverá possuir alta selabilidade e resistência química.

Norma atendida: ASTM F104 – F712120E22M5

Limites de serviço:

Temperatura máxima em uso contínuo – 240 °C;

Temperatura máxima – 400 °C;



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento Nº: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>

SIGA



TRF2INC202401835A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento Nº: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>

SIGA



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA-SIE  
DIVISÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS-DIOBR  
NÚCLEO DE GESTÃO DE OBRAS E REFORMAS-NUGOR

Pressão máxima em uso contínuo – 50 bar;  
Pressão máxima – 110 bar;

## 6. LIMPEZA

### 6.1 – Limpeza Final da Obra da Fachada

Após a completa execução dos serviços a empresa deverá promover a limpeza da obra e do canteiro, deixando todos os ambientes limpos e prontos para serem utilizados.

### 6.2 – Limpeza Diária de Obra

Durante o período de execução dos serviços, os ambientes na área de influência da obra deverão ser mantidos limpos e deverá ser prevista a limpeza no final do expediente e sempre que necessário.

## 7. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A administração local será efetuada pela presença de um Encarregado em tempo integral, além de Engenheiro Civil em carga de horária parcial. O Pagamento da administração local será proporcional ao cronograma físico-financeiro realizado.

Helande Maiques de Carvalho  
Analista Judiciário - Engenheiro Civil - T2-11450  
CREA nº 1985104058

Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2024



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:02:27.  
Documento Nº: 4127717-5489 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127717-5489>



TRF2INC202401835A

SIGA



TRF2EDT202400121A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:33.  
Documento Nº: 4157976.36773865-5042 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773865-5042>



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO								REFERÊNCIAS:	
SUBSTITUIÇÃO DAS BOMBAS DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO PRÉDIO SEDE, SITUADAS NA COBERTURA DO PRÉDIO SEDE DO TRF 2ª REGIÃO								MÊS: ABRIL	
Local: Rua Acre, 80 - Centro - RJ								ANO: 2024	
PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇO								REGIME NÃO-DESONERADO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Preço Unitário (R\$)	Preço Unitário com BDI (R\$)	Preço Unitário com BDI diferenciado (equipamento) (R\$)	Preço Total (R\$)	SUBTOTAL	
					21,58%	12,42%			
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ 4.486,02	
1.1	EMISSÃO DE ART	UN	1,00	R\$ 262,55	R\$ 319,21		R\$ 319,20		
1.2	PLACA DA OBRA EM LONA PADRÃO TRF COM 2,00 M ( COMP.) X 1,15 M (ALT.)	UN	1,00	R\$ 234,65	R\$ 285,29		R\$ 285,28		
1.3	PROTEÇÃO DE ELEVADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CJ	1,00	R\$ 1.368,59	R\$ 1.663,93		R\$ 1.663,93		
1.4	PROTEÇÃO DE PISO MARCA DE REF.: SALVAPISO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M²	128,00	R\$ 14,25	R\$ 17,33		R\$ 2.217,61		
2	TRANSPORTES							R\$ 1.776,02	
2.1	TRANSPORTE HORIZONTAL EM CARRINHO PLATAFORMA DE CONJUNTO MOTOBOMBA DA CALÇADA ATÉ O HALL DE ELEVADORES DO PRÉDIO ANEXO 2 (CONJUNTOS MOTOBOMBAS NOVOS)	KGxKM	76,00	R\$ 0,43	R\$ 0,52		R\$ 39,73		
2.2	TRANSPORTE VERTICAL DE CONJUNTO MOTOBOMBA (NOVO) DO PAVIMENTO TÉRREO DO PRÉDIO ANEXO 2 ATÉ O 22º PAVIMENTO DO PRÉDIO ANEXO 2 POR ELEVADOR	UN	6,00	R\$ 6,77	R\$ 8,23		R\$ 49,38		
2.3	TRANSPORTE VERTICAL DE CONJUNTO MOTOBOMBA (NOVO) DO 22º PAVIMENTO ATÉ A COBERTURA DO PRÉDIO ANEXO 2 PELA ESCADA - 1 PAVIMENTO.	KGxKM	40,00	R\$ 25,80	R\$ 31,37		R\$ 1.254,70		
2.4	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL DE CONJUNTO MOTOBOMBA ( NOVO) DA COBERTURA DO PRÉDIO ANEXO 2 ATÉ A CASA DE BOMBAS NO PRÉDIO SEDE	KGxKM	30,00	R\$ 11,85	R\$ 14,41		R\$ 432,21		
3	NIVELAMENTO DE BASES DE CONCRETO							R\$ 8.586,90	
3.1	ESCARIFICAÇÃO MANUAL E CORTE DE CONCRETO ATÉ 3 CM DE PROFUNDIDADE	M²	4,76	R\$ 203,22	R\$ 247,07		R\$ 1.176,07		
3.2	CORTE EM CONCRETO DE PISOS E LAJES , COM DISCOS DIAMANTADOS, UTILIZANDO CORTADORA DE PISO, ESPESSURA DO CORTE 9 CM	M	27,20	R\$ 55,47	R\$ 67,44		R\$ 1.834,37		
3.3	ABERTURA MANUAL DE RASGO EM CONCRETO COM LARGURA DE 5 CM A 10 CM	M	13,60	R\$ 280,95	R\$ 341,58		R\$ 4.645,47		
3.4	GRAUTEAMENTO DA BASE DA BOMBA, COM UTILIZAÇÃO DE GROUT PRÉ-FABRICADO, TIPO GROUT RÁPIDO, MARCA DE REF.: QUARTZOLIT. FORNECIMENTO, PREPARO E LANÇAMENTO.	M³	0,06	R\$ 5.726,50	R\$ 6.962,28		R\$ 426,09		
3.5	FORMA PARA LAJE EM MADEIRA SERRADA, FABRICAÇÃO E MONTAGEM.	M²	1,30	R\$ 319,45	R\$ 388,39		R\$ 504,90		
4	REMOÇÕES DE ENTULHO							R\$ 755,18	
4.1	ENSACAMENTO DE ENTULHO	M³	0,60	R\$ 132,09	R\$ 160,60		R\$ 96,35		
4.2	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA DE 5M³ PARA REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSES A, B E C	M³	5,00	R\$ 84,00	R\$ 102,13		R\$ 510,63		
4.3	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA	M³	5,00	R\$ 24,38	R\$ 29,64		R\$ 148,20		
5	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS							R\$ 170.728,86	

ORÇ\_ SINTÉTICO

1 de 3



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:04:12.  
Documento Nº: 4128012-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128012-7736>

SIGA



TRF2INC202401841A



TRF2EDT202400121A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:34.  
Documento Nº: 4157976.36773866-5043 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773866-5043>





TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO								REFERÊNCIAS:	
SUBSTITUIÇÃO DAS BOMBAS DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO PRÉDIO SEDE, SITUADAS NA COBERTURA DO PRÉDIO SEDE DO TRF 2ª REGIÃO								MÊS: ABRIL	
Local: Rua Acre, 80 - Centro - RJ								ANO: 2024	
PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇO								REGIME NÃO-DESONERADO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Preço Unitário (R\$)	Preço Unitário com BDI (R\$)	Preço Unitário com BDI diferenciado (equipamento) (R\$)	Preço Total (R\$)	SUBTOTAL	
				21,58%		12,42%			
5.1	CONJUNTO MOTOBOMBA, BOMBA MARCA MCA, TIPO 344, EM FERRO FUNDIDO, MANCAL COM VEDAÇÃO TIPO SELO MECÂNICO, ROTOR COM 240 MM, DIÂMETRO NOMINAL DO RECALQUE 100 MM, DIÂMETRO NOMINAL DA SUÇÃO 125 MM, FLANGE DO RECALQUE COM DIÂMETRO EXTERNO DE 220 MM E OITO FUROS DE 18 MM, FLANGE DA SUÇÃO COM DIÂMETRO EXTERNO DE 250 MM E OITO FUROS DE 18 MM, INCLUSOS BASE METÁLICA (SKID), LUVA DE ACOPLAMENTO E PROTEÇÃO DA PARTE RODANTE. MOTOR ELÉTRICO MARCA WEG, CARCAÇA 160L, POTÊNCIA DE 18,5 KW (25 HP-CV), 4 POLOS, 60 HZ, TENSÃO NOMINAL: 220/380/440 V, ROTAÇÃO NOMINAL DE 1775 RPM, GRAU DE PROTEÇÃO IPW55. FORNECIMENTO	UN	4,00	R\$ 36.550,00		R\$ 41.089,51	R\$ 164.358,04		
5.2	INSTALAÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA (MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MATERIAIS PARA FIXAÇÃO)	UN	4,00	R\$ 1.191,38	R\$ 1.448,48		R\$ 5.793,91		
5.3	JUNTA DE PAPELÃO HIDRÁULICO COM 3,2 MM DE ESPESSURA PARA FLANGE DN = 4", FORNECIMENTO.	UN	4,00	R\$ 23,31	R\$ 28,34		R\$ 113,36		
5.4	JUNTA DE PAPELÃO HIDRÁULICO COM 3,2 MM DE ESPESSURA PARA FLANGE DN = 5", FORNECIMENTO.	UN	8,00	R\$ 30,01	R\$ 36,49		R\$ 291,88		
5.5	JUNTA DE PAPEL HIDRÁULICO COM 3,2 MM DE ESPESSURA PARA FLANGE COM DN = 6", FORNECIMENTO	UN	4,00	R\$ 35,30	R\$ 42,92		R\$ 171,67		
6	LIMPEZA DA OBRA							R\$ 2.279,11	
6.1	LIMPEZA FINAL	M²	70,00	R\$ 5,49	R\$ 6,67		R\$ 467,23		
6.2	LIMPEZA DIÁRIA DA OBRA	MÊS	2,00	R\$ 745,14	R\$ 905,94		R\$ 1.811,88		
7	ADMINISTRAÇÃO LOCAL							R\$ 29.057,71	
7.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN	1,00	R\$ 23.900,08	R\$ 29.057,72		R\$ 29.057,71		
TOTAL GERAL								R\$	217.669,80
OBS: ORÇAMENTO REALIZADO POR HELENDE MAIQUES DE CARVALHO ANALISTA JUDICIÁRIO/ENGENHARIA / MATRÍCULA 11450 CREA-RJ: 1985104058									
OBS: O presente percentual de administração (13,35%) mostra-se necessário em face das características dos serviços a serem realizados no âmbito da contratação.									

ORÇ\_ SINTÉTICO

2 de 3



Assinado com senha por HELENDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:04:12.  
Documento Nº: 4128012-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128012-7736>

SIGA



TRF2INC202401841A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:34.  
Documento Nº: 4157976.36773866-5043 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773866-5043>

SIGA



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO								REFERÊNCIAS:	
SUBSTITUIÇÃO DAS BOMBAS DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO PRÉDIO SEDE, SITUADAS NA COBERTURA DO PRÉDIO SEDE DO TRF 2ª REGIÃO								MÊS: ABRIL	
Local: Rua Acre, 80 - Centro - RJ								ANO: 2024	
PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇO								REGIME NÃO-DESONERADO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Preço Unitário (R\$)	Preço Unitário com BDI (R\$)	Preço Unitário com BDI diferenciado (equipamento) (R\$)	Preço Total (R\$)	SUBTOTAL	
					21,58%	12,42%			
Optou-se pela utilização do Regime Não-Desonerado por se tratar do melhor regime para a administração pública (mais econômico), uma vez que os materiais utilizados neste tipo de obras são relevantes. Portanto, o Regime Não-Desonerado resultará em economia, pois 20% de Contribuição Previdenciária sobre o valor da Folha de Pagamento é menor que os 4,5% da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.									
Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2024									

ORÇ\_SINTÉTICO

3 de 3

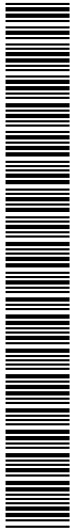


Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:04:12.  
Documento Nº: 4128012-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128012-7736>



TRF2INC202401841A

SIGA



TRF2EDT202400121A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:34.  
Documento Nº: 4157976.36773866-5043 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773866-5043>

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO						Mês/Ano referência	abr/2024
SUBSTITUIÇÃO DAS BOMBAS DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO PRÉDIO SEDE, SITUADAS NA COBERTURA DO PRÉDIO SEDE DO TRF 2ª REGIÃO							
Local : Rua Acre, 80, Centro - RJ							
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS							
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	Coef.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	Código	Tabela
1	SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	EMISSION DE ART	UN	1,00	262,55	262,55		
	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	UN	1,00	262,55	262,55	COT 01	COTADO
1.2	PLACA DA OBRA EM LONA PADRÃO TRF COM 2,00 M (COMP.) X 1,15 M (ALT.)	UN	1,00	234,65	234,65		COMP. PRÓPRIA
	PLACA DA OBRA EM LONA PADRÃO TRF COM 2,00 M (COMP.) X 1,15 M (ALT.)	UN	1,0000	217,44	217,44	COT 02	COTADO
	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRAÇÃO DE CABOS, COMPRIMENTO DE "230" X "7,6" MM	UN	12,0000	0,87	10,44	IN 412	SINAPI
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2000	33,87	6,77	CN8316	SINAPI
1.3	PROTEÇÃO DE ELEVADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CJ	1,00	1.368,09	1.368,09		COMP. PRÓPRIA
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	33,87	67,74	CN8316	SINAPI
	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 6 MM, DE "1,60 X 2,20" M	M2	23,0000	48,34	1.111,62	IN 1360	SINAPI
	FITA CREPE 50MM X 50 M	ROLO	0,3500	18,34	6,41	COT 03	COTADO
	MANTA PROTETORA EM PAPEL KRAFT INTEGRADO COM PLÁSTICO BOLHA DE ALTA RESISTÊNCIA	M²	23,0000	7,94	182,62	COT 04	COTADO
1.4	PROTEÇÃO DE PISO MARCA DE REF.: SALVAPOSO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M²	1,00	14,28	14,28		COMP. PRÓPRIA
	PROTEÇÃO DE PISO MARCA DE REF.: SALVAPOSO	M²	1,1000	8,01	8,81	COT 05	COTADO
	FITA CREPE 50MM X 50 M	ROLO	0,0200	18,34	0,36	COT 03	COTADO
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1500	33,87	5,08	CN8316	SINAPI
2	TRANSPORTES						
2.1	TRANSPORTE HORIZONTAL EM CARRINHO PLATAFORMA DE CONJUNTO MOTOBOMBA DA CALÇADA ATÉ O HALL DE ELEVADORES DO PRÉDIO ANEXO 2 (CONJUNTOS MOTOBOMBAS NOVOS).	KGxKM	1,00	0,43	0,43	NA COMPOSIÇÃO SINAPI	SINAPI
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0128	33,87	0,43	CN8316	SINAPI
2.2	TRANSPORTE VERTICAL DE CONJUNTO MOTOBOMBA (NOVO) DO PAVIMENTO TERREO DO PRÉDIO ANEXO 2 ATÉ O 22º PAVIMENTO DO PRÉDIO ANEXO 2 POR ELEVADOR	UN	1,00	6,77	6,77		COMP. PRÓPRIA
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,20	33,87	6,77	CN8316	SINAPI
2.3	TRANSPORTE VERTICAL DE CONJUNTO MOTOBOMBA (NOVO) DO 22º PAVIMENTO ATÉ A COBERTURA DO PRÉDIO ANEXO 2 PELA ESCADA - 1 PAVIMENTO.	KGxKM	1,00	25,80	25,80	BASEADO NA COMPOSIÇÃO SINAPI 190273	SINAPI
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7620	33,87	25,80	CN8316	SINAPI
2.4	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL DE CONJUNTO MOTOBOMBA (NOVO) DA COBERTURA DO PRÉDIO ANEXO 2 ATÉ A CASA DE BOMBAS NO PRÉDIO SEDE	KGxKM	1,00	11,85	11,85	BASEADO NA COMPOSIÇÃO SINAPI 190273	SINAPI
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3500	33,87	11,85	CN8316	SINAPI
3	NIVELAMENTO DE BASES DE CONCRETO						
3.1	ESCARIFICACAO MANUAL E CORTE DE CONCRETO ATÉ 3 CM DE PROFUNDIDADE	M²	1,00	203,22	203,22	05.108.000749.SER	TCPO_PINI
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6,0000	33,87	203,22	CN8316	SINAPI
3.2	CORTE EM CONCRETO DE PSOS E LAJES, COM DISCOS DIAMANTADOS, UTILIZANDO CORTADORA DE PISO, ESPESSURA DO CORTE 9 CM	M	1,00	55,47	55,47	BASEADO NA COMPOSIÇÃO TCPO_PINI 05.109.000065.SER	TCPO_PINI
	CORTE EM CONCRETO DE PSOS E LAJES, COM DISCOS DIAMANTADOS, UTILIZANDO CORTADORA DE PISO, ESPESSURA DO CORTE 9 CM	M	1,0000	55,47	55,47		
3.3	ABERTURA MANUAL DE RASGO EM CONCRETO COM LARGURA DE 6 CM A 10 CM	M	1,00	286,96	286,96	BASEADO NA COMPOSIÇÃO SCO - IT 05.05.9106	SCO
	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,5000	44,64	111,60	CN8309	SINAPI
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,0000	33,87	169,36	CN8316	SINAPI
3.4	GRAUTEAMENTO DA BASE DA BOMBA, COM UTILIZAÇÃO DE GROUT PRÉ-FABRICADO, TIPO GROUT RÁPIDO, MARCA DE REF.: QUARTZOLIT. FORNECIMENTO, PREPARO E LANÇAMENTO.	M³	1,0000	5.726,50	5.726,50	BASEADO NA COMPOSIÇÃO 04.116.000044.SER	TCPO_PINI
	GROUT PRÉ-FABRICADO, REFERÊNCIA QUARTZOLIT (SACOS DE 25 KG)	SC	88,0000	61,75	5.434,00	COT 13	SINAPI
	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	44,64	89,28	CN8309	SINAPI
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6,0000	33,87	203,22	CN8316	SINAPI
3.5	FORMA PARA LAJE EM MADEIRA SERRADA, FABRICAÇÃO E MONTAGEM.	M²	1,0000	319,45	319,45	92271	SINAPI
	TABUA DE MADEIRA NAO APARELHADA "2,5 X 30" CM, CEDRINHO OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M	3,6670	39,54	144,99	IN 6189	SINAPI
	AJUDANTE DE CARPINTERO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0030	35,02	0,10	CN8239	SINAPI
	CARPINTERO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0130	44,47	0,57	CN8262	SINAPI
	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE SHIP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHP DIÁRIO, AF. 09/2015	CHP	0,0030	41,45	0,12	CN 91692	SINAPI
	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES, AF. 09/2021	M²	1,0000	173,67	173,67	CN 97086	SINAPI
4	REMOÇÕES DE ENTULHO						
4.1	ENSACAMENTO DE ENTULHO	M³	1,00	132,09	132,09		COMP. PRÓPRIA
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,0000	28,69	86,07	CN 88316	SINAPI
	SACO DE RAFA PARA ENTULHO, NOVO, LISO (SEM CLICHE), "60 x 90" CM	UN	13,0000	3,54	46,02	IN 37526	SINAPI
4.2	LOCAÇÃO DE CACAMBA ESTACIONÁRIA DE 5M³ PARA REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSES A, B E C	M³	1,00	84,00	84,00		COMP. PRÓPRIA
	LOCAÇÃO DE CACAMBA ESTACIONÁRIA DE 5M³ PARA REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSES A, B E C	M³	1,0000	84,00	84,00	COT 06	COTAÇÃO
4.3	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CACAMBA ESTACIONÁRIA	M³	1,00	24,38	24,38		
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7200	33,87	24,38	CN8316	SINAPI
5	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS						
5.1	CONJUNTO MOTOBOMBA, BOMBA MARCA MCA, TIPO 344, EM FERRO FUNDIDO, MANCAL COM VEDAÇÃO TIPO SELO MECÂNICO, ROTOR COM 240 MM, DIÂMETRO NOMINAL DO RECALQUE 160 MM, DIÂMETRO NOMINAL DA SUÇÃO 125 MM, FLANGE DO RECALQUE COM DIÂMETRO EXTERNO DE 220 MM E OITO FUROS DE 16 MM, FLANGE DA SUÇÃO COM DIÂMETRO EXTERNO DE 256 MM E OITO FUROS DE 16 MM, INCLUIDOS BASE METÁLICA Ø160, LAVA DE ACOPLAMENTO E PROTEÇÃO DA PARTE ROTANTE, MOTOR ELÉTRICO MARCA WEG, CARCAÇA 160L, POTÊNCIA DE 18,5 KW (25 HP CV), 4 POLOS, 60 HZ, TENSÃO NOMINAL: 220/380/440 V, ROTAÇÃO NOMINAL DE 1775 RPM, GRAU DE PROTEÇÃO IPW55, FORNECIMENTO	UN	1,00	36.550,00	36.550,00	733362 ADAPTADA	SINAPI

ORÇ\_ANALÍTICO

1 de 2



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:05:31.  
Documento Nº: 4128020-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128020-7736>

SIGA



TRF2INC202401842A



TRFEDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:36.  
Documento Nº: 4157976.36773867-5044 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773867-5044>

SIGA





TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO						Mês/Ano referência	abr/2024
SUBSTITUIÇÃO DAS BOMBAS DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO PRÉDIO SEDE, SITUADAS NA COBERTURA DO PRÉDIO SEDE DO TRF 2ª REGIÃO							
Local : Rua Acre, 80, Centro - RJ							
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS							
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	Coef.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	Código	Tabela
	CONJUNTO MOTOBOMBA, BOMBA MARCA MCA, TIPO 344, EM FERRO FUNDIDO, MANCAL COM VEDAÇÃO TIPO SELO MECÂNICO, ROTOR COM 240 MM, DIÂMETRO NOMINAL DO RECALQUE 100 MM, DIÂMETRO NOMINAL DA SUÇÃO 125 MM, FLANGE DO RECALQUE COM DIÂMETRO EXTERNO DE 220 MM E OITO FUROS DE 18 MM, FLANGE DA SUÇÃO COM DIÂMETRO EXTERNO DE 250 MM E OITO FUROS DE 18 MM, INCLUISSO BASE METÁLICA (BND), LUVA DE ACOPLAMENTO E PROTEÇÃO DA PARTE ROTANTE, MOTOR ELÉTRICO MARCA WEG, CARCAÇA 180L, POTÊNCIA DE 18,5 KW (25 HP/CV), 4 POLOS, 60 HZ, TENSÃO NOMINAL 220/380/440 V, ROTACÃO NOMINAL DE 1775 RPM, GRAU DE PROTEÇÃO IP55.	UN	1,0000	36.550,00	36.550,00	COT 12	COTAÇÃO
5.2	INSTALAÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA (MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MATERIAIS PARA FIXAÇÃO)	UN	1,00	1.191,38	1.191,38		COMP. PRÓPRIA
	HASTE ROSCADA BICROMATIZADA Ø 1/4" COM 15 CM	UN	0,8000	36,78	22,05	COT 10	COTADO
	PORCA BICROMATIZADA Ø 1/4"	UN	4,0000	0,38	1,56	IN 39997	SINAPI
	ARRUELA DE PRESSÃO BICROMATIZADA Ø 1/4"	UN	4,0000	0,50	2,00	COT 11	COTADO
	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,0000	43,54	217,70	CH88267	SINAPI
	MONTADOR ELETROMECÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10,0000	57,55	575,50	CH88277	SINAPI
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	11,0000	33,87	372,57	CH88316	SINAPI
5.3	JUNTA DE PAPELÃO HIDRÁULICO COM 3,2 MM DE ESPESSURA PARA FLANGE DN = 4", FORNECIMENTO.	UN	1,00	23,31	23,31		COMP. PRÓPRIA
	JUNTA DE PAPEL HIDRÁULICO COM 3,2 MM DE ESPESSURA PARA FLANGE DN = 4"	UN	1,0000	23,31	23,31	COT 07	COTADO
5.4	JUNTA DE PAPELÃO HIDRÁULICO COM 3,2 MM DE ESPESSURA PARA FLANGE DN = 6", FORNECIMENTO.	UN	1,00	30,01	30,01		COMP. PRÓPRIA
	JUNTA DE PAPEL HIDRÁULICO COM 3,2 MM DE ESPESSURA PARA FLANGE COM DN = 6"	UN	1,0000	30,01	30,01	COT 08	COTADO
5.5	JUNTA DE PAPEL HIDRÁULICO COM 3,2 MM DE ESPESSURA PARA FLANGE COM DN = 6", FORNECIMENTO.	UN	1,00	35,30	35,30		
	JUNTA DE PAPEL HIDRÁULICO COM 3,2 MM DE ESPESSURA PARA FLANGE COM DN = 6"	UN	1,0000	35,30	35,30	COT 09	COTADO
6	LIMPEZA DA OBRA						
6.1	LIMPEZA FINAL	M²	1,00	5,49	5,49	9537	SINAPI
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1400	33,87	4,74	CH88316	SINAPI
	ÁCIDO MURIÁTICO, DILUIÇÃO 10% A 12% PARA USO EM LIMPEZA	L	0,0500	15,17	0,75	IN 3	SINAPI
6.2	LIMPEZA DIÁRIA DA OBRA	MÊS	1,00	745,14	745,14		
	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	22,00	33,87	745,14	CH88316	SINAPI
7	ADMINISTRAÇÃO LOCAL						
7.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN	1,00	23.959,08	23.959,08		COMP. PRÓPRIA
	ENCARGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	2,00	11.501,60	23.003,20	CH93572	SINAPI
	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	0,04	24.664,41	896,88	CH93565	SINAPI
Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2024							

ORÇ\_ANALÍTICO

2 de 2



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:05:31.  
Documento Nº: 4128020-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128020-7736>



TRF2INC202401842A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:36.  
Documento Nº: 4157976.36773867-5044 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773867-5044>





TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO									
SUBSTITUIÇÃO DAS BOMBAS DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO PRÉDIO SEDE SITUADAS NA COBERTURA DO PRÉDIO SEDE DO TRF 2ª REGIÃO									
Local : Rua Acre, 80, Centro - RJ									
PLANILHA DE COTAÇÃO DE MATERIAIS									
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PREÇO 1		PREÇO 2		PREÇO 3		MÉDIA
			VALOR	LOCAL	VALOR	LOCAL	VALOR	LOCAL	
1	EMISSION DE ART	UN	262,55	CREA					262,55
2	PLACA DA OBRA EM LONA PADRÃO TRF COM 2,00 M ( COMP.) X 1,15 M (ALT.)	UN	192,01	Vitrine Gráfica	300,67	Printstudio	159,65	Oragraf	217,44
3	FITA CREPE 50MM X 50 M	ROLO	19,99	Quero quero	18,06	Ferramentas Gerais	16,99	Leroymerlin.com.br	18,35
4	MANTA PROTETORA EM PAPEL KRAFT INTEGRADO COM PLÁSTICO BOLHA DE ALTA RESISTÊNCIA	M²	6,98	Kalunga - 1 x 25m	7,26	Tinta Palmares - 1 x 15m	9,61	Americanas - 1 x 25m	7,95
5	PROTEÇÃO DE PISO MARCA DE REF.: SALVAPISO	M²	7,33	Bernal	7,56	Tintas MC	9,14	Elastoor	8,01
6	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA DE 5M³ PARA REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSES A, B E C	UN	86,00	SOTAVENTO	90,00	SÓ ENTULHO - (21) 2512-219	76,00	NSA CAÇAMBAS (21)97016-7	84,00
7	JUNTA HIDRÁULICA DE PAPELÃO COM 3,2 mm DE ESPESSURA DE 4"	UN	25,63	MOLYBRASIL	21,00	JUNTA FLEX			23,31
8	JUNTA HIDRÁULICA DE PAPELÃO COM 3,2 mm DE ESPESSURA DE 5"	UN	31,03	MOLYBRASIL	29,00	JUNTA FLEX			30,01
9	JUNTA HIDRÁULICA DE PAPELÃO COM 3,2 mm DE ESPESSURA DE 6"	UN	35,62	MOLYBRASIL	35,00	JUNTA FLEX			35,31
10	HASTE ROSCADA BICROMATIZADA Ø 1/4"	UN	42,91	Mega Lojista 20UNC x 1000 ANSI B16.5 AÇO INOX A4		Parafuso Fácil	30,61	Brasfer - Para 5 peças com frete de R\$ 20,30	36,76
11	ARRUELA DE PRESSÃO BICROMATIZADA Ø 1/4"	UN	0,55	Movestock	0,55	EVFix Comercial	0,41	Dispar	0,51
12	CONJUNTO MOTOBOMBA, BOMBA MARCA MCA, TIPO 344, EM FERRO FUNDIDO, MANCAL COM VEDAÇÃO TIPO GAXETA, ROTOR COM 240 MM, DIÂMETRO NOMINAL DO RECALQUE 100 MM, DIÂMETRO NOMINAL DA SUÇÃO 125 MM, FLANGE DO RECALQUE COM DIÂMETRO EXTERNO DE 220 MM E OITO FUROS DE 18 MM, FLANGE DA SUÇÃO COM DIÂMETRO EXTERNO DE 250 MM E OITO FUROS DE 18 MM, INCLUSOS BASE METÁLICA, LUVA DE ACOPLAMENTO E PROTEÇÃO DA PARTE RODANTE, MOTOR ELÉTRICO MARCA WEG, CARÇAÇA 160L, POTÊNCIA DE 18,5 KW (25 HP-CV), 4 POLOS, 60 HZ, TENSÃO NOMINAL: 220/380/440 V, ROTAÇÃO NOMINAL DE 1775 RPM, GRAU DE PROTEÇÃO IPW55.	UN	36.550,00	MCA					36.550,00
13	GROUT PRÉ-FABRICADO, REFERÊNCIA QUARTZOLIT (SACOS DE 25 KG.)	SC	43,00	CHATUBA	43,25	MERCADO LIVRE	99,00	SHOPEE	61,75
Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2024									

COTAÇÃO\_DE\_MATERIAIS

1 de 1

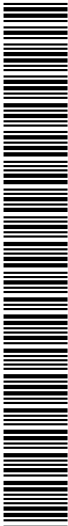


Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:07:38.  
Documento Nº: 4128038-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128038-7736>

SIGA



TRF2INC202401844A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:37.  
Documento Nº: 4157976.36773870-5068 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773870-5068>

SIGA



PLANILHA DE CÁLCULO DE MÃO DE OBRA					
Referência: SINAPI 04/2024 - Regime Não-Desonerado					
AJUDANTE DE ARMADOR - CN88238					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 6114	AJUDANTE DE ARMADOR (HORISTA)	H	1	20,47	20,47
IN 37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	3,92	3,92
IN 37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,54	1,54
IN 37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,34	1,34
IN 37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	0,04	0,04
IN 43465	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,82	0,82
IN 43489	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	1,24	1,24
CN 95308	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE DE ARMADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1	0,27	0,27
	100% DA EQUIPE TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA (26,67%)	H	0,2667	20,47	5,46
TOTAL					35,10

AJUDANTE DE CARPINTEIRO - CN88239					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 6117	CARPINTEIRO AUXILIAR (HORISTA)	H	1	20,47	20,47
IN 37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	3,92	3,92
IN 37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,54	1,54
IN 37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,34	1,34
IN 37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	0,04	0,04
IN 43459	FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,49	0,49
IN 43483	EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	1,43	1,43
CN 95309	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AJUDANTE DE CARPINTEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1	0,34	0,34
	100% DA EQUIPE TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA (26,67%)	H	0,2667	20,47	5,46
TOTAL					35,03

ARMADOR - CN88245					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 378	ARMADOR (HORISTA)	H	1	26,90	26,90
IN 37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	3,92	3,92
IN 37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,54	1,54
IN 37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,34	1,34

CÁLCULO\_MÃO\_DE\_OBRA

1 de 5



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:06:36.  
Documento Nº: 4128025-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128025-7736>



TRF2INC202401843A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:38.  
Documento Nº: 4157976.36773871-5069 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773871-5069>



PLANILHA DE CÁLCULO DE MÃO DE OBRA					
IN 37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	0,04	0,04
IN 43465	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,82	0,82
IN 43489	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	1,24	1,24
CN 95314	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ARMADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1	0,35	0,35
	100% DA EQUIPE TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA (26,67%)	H	0,2667	26,90	7,17
	TOTAL				43,32
CARPINTEIRO DE FORMAS - CN88262					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 1213	CARPINTEIRO DE FORMAS (HORISTA)	H	1	27,90	27,90
IN 37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	3,92	3,92
IN 37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,54	1,54
IN 37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,34	1,34
IN 37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	0,04	0,04
IN 43459	FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,49	0,49
IN 43483	EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	1,43	1,43
CN 95330	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CARPINTEIRO DE FORMAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1	0,37	0,37
	100% DA EQUIPE TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA (26,67%)	H	0,2667	27,90	7,44
	TOTAL				44,47
ENCANADOR OU BOMBEIRO - CN88267					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 2696		H	1	27,45	27,45
IN 37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	3,92	3,92
IN 37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,54	1,54
IN 37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,34	1,34
IN 37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	0,04	0,04
IN 43461	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCANADOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,31	0,31
IN 43485	EPI - FAMILIA ENCANADOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	1,06	1,06
CN 95335	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1	0,56	0,56
	100% DA EQUIPE TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA (26,67%)	H	0,2667	27,45	7,32
	TOTAL				43,54
MONTADOR (TIPO DE ACO/EQUIPAMENTOS) - CN88277					

CÁLCULO\_MÃO\_DE\_OBRA

2 de 5



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:06:36.  
Documento Nº: 4128025-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128025-7736>

SIGA



TRF2INC202401843A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:38.  
Documento Nº: 4157976.36773871-5069 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773871-5069>

SIGA

PLANILHA DE CÁLCULO DE MÃO DE OBRA					
MONTADOR (TUBOS DE AÇO/EQUIPAMENTOS) - CN88277					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 2701	INSTALADOR DE TUBULACOES - TUBOS/EQUIPAMENTOS (HORISTA)	H	1	38,84	38,84
IN 37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	3,92	3,92
IN 37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,54	1,54
IN 37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,34	1,34
IN 37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	0,04	0,04
IN 43464	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,01	0,01
IN 43488	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,86	0,86
CN 95343	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MONTADOR DE TUBO AÇO/EQUIPAMENTOS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1	0,65	0,65
	100% DA EQUIPE TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA (26,67%)	H	0,2667	38,84	10,36
	TOTAL				57,56
PEDREIRO - CN88309					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 4750	PEDREIRO (HORISTA)	H	1	27,69	27,69
IN 37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	3,92	3,92
IN 37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,54	1,54
IN 37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,34	1,34
IN 37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	0,04	0,04
IN 43465	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,82	0,82
IN 43489	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	1,24	1,24
CN 95371	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PEDREIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1	0,67	0,67
	100% DA EQUIPE TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA (26,67%)	H	0,2667	27,69	7,38
	TOTAL				44,64
SERVENTE - CN88316					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 6111	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	H	1	19,44	19,44
IN 37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	3,92	3,92
IN 37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,54	1,54
IN 37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,34	1,34
IN 37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	0,04	0,04

CÁLCULO\_MÃO\_DE\_OBRA

3 de 5



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:06:36.  
Documento Nº: 4128025-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128025-7736>

SIGA



TRF2INC202401843A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:38.  
Documento Nº: 4157976.36773871-5069 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773871-5069>

SIGA

PLANILHA DE CÁLCULO DE MÃO DE OBRA					
IN 43467	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,61	0,61
IN 43491	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	1,33	1,33
CN 95378	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1	0,47	0,47
	100% DA EQUIPE TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA (26,67%)	H	0,2667	19,44	5,18
	TOTAL				33,87
OPERADOR DE BETONEIRA - CN88377					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 37666	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA / MISTURADOR (HORISTA)	H	1	23,90	23,90
IN 37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	3,92	3,92
IN 37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,54	1,54
IN 37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	1,34	1,34
IN 37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H	1	0,04	0,04
IN 43464	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,01	0,01
IN 43488	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1	0,86	0,86
CN 95389	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA/MISTURADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1	0,22	0,22
	100% DA EQUIPE TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA (26,67%)	H	0,2667	23,90	6,37
	TOTAL				38,20
ENCARREGADO GERAL DE OBRAS - CN93572					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 40818	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (MENSALISTA)	MES	1	7.750,56	7.750,56
IN 40861	TRANSPORTE - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	MES	1	289,70	289,70
IN 40862	ALIMENTACAO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	MES	1	738,47	738,47
IN 40863	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	MES	1	252,08	252,08
IN 40864	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	MES	1	7,31	7,31
IN 43475	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1	18,73	18,73
IN 43499	EPI - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1	236,16	236,16
CN 95422	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA	MES	1	141,52	141,52
	100% DA EQUIPE TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA (26,67%)	H	0,2667	7.750,56	2.067,07
	TOTAL				11.501,60
ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES - CN93565					
Código	DESCRIÇÃO	Unid.	Coef.	Valor Unit.	Valor total
IN 40811	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (MENSALISTA)	MES	1	23.958,00	23.958,00

CÁLCULO\_MÃO\_DE\_OBRA

4 de 5



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:06:36.  
Documento Nº: 4128025-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128025-7736>

SIGA



TRF2INC202401843A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:38.  
Documento Nº: 4157976.36773871-5069 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773871-5069>

SIGA



PLANILHA DE CÁLCULO DE MÃO DE OBRA					
IN 40863	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS	MES	1	252,08	252,08
IN 40864	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	MES	1	7,31	7,31
IN 43474	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1	2,29	2,29
IN 43498	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1	140,23	140,23
CN 95415	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA	MES	1	304,50	304,50
	TOTAL				24.664,41
<p>Conforme acordo coletivo da Categoria de Trabalhadores na Construção Civil do Rio de Janeiro, as primeiras 6h trabalhadas no sábado devem ser pagas com acréscimos de 70%, e a 7 e 8ª hora, bem como as horas trabalhadas nos domingos e feriados devem ser acrescidas de 100%, sendo a média ponderada em 87,5% de acréscimo.</p> <p>Contudo, de cada 30 dias de trabalho, 8 são feriados ou fim de semana perfazendo 26,67% (8/30 = 26,67%) de horas trabalhadas em fim de semana ou feriados das horas totais. Sobre o percentual de 87,5% de acréscimo aplica-se o percentual de 26,67% de horas de trabalho em dias não úteis, resultando em um acréscimo de 26,67% no salário mensal em virtude das horas extras.</p> <p>Para diferenciar as Composições adaptadas em relação as originais do SINAPI, retirou-se o espaço no código original conforme abaixo: Exemplo: SINAPI "CN 88316" tem como equivalente com acréscimo de percentual a "CN88316" sendo esta a Composição do SINAPI 88316 de Setenta com Encargos Complementares adaptado para a realidade desta Obra (com percentual de hora extra)</p>					
Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2024					

CÁLCULO\_MÃO\_DE\_OBRA

5 de 5



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 17:06:36.  
Documento Nº: 4128025-7736 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4128025-7736>



SIGA



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:38.  
Documento Nº: 4157976.36773871-5069 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773871-5069>

SIGA





**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO MICROEMPRESAS**  
**(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de**  
**benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900\_\_\_/\_\_\_**

Proc. nº TRF2-EOF-202\_\_\_/\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa (.....) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**CNPJ:**

—

EMPRESA

DATA

ASSINATURA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/07/2024 às 12:58:40.  
Documento Nº: 4099868.36360939-3890 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4099868.36360939-3890>



TRF2EDT202400055A

SIGA



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:39.  
Documento Nº: 4157976.36773877-5075 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773877-5075>

SIGA

## ANEXO IV DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900**\_\_/\_

Proc. nº TRF2-EOF-202\_/000\_\_

\_\_\_\_\_**DECLARA**, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ=Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/07/2024 às 12:58:53.  
Documento Nº: 4099868.36360943-3865 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4099868.36360943-3865>



TRF2EDT202400055A

SIGA



TRF2EDT202400121A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:40.  
Documento Nº: 4157976.36773878-5076 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773878-5076>



**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO**

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900\_\_\_/24**

Proc. nº TRF2-EOF-202\_\_\_/00

\_\_\_\_\_  
**DECLARO**, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

( ) Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)





Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:41.  
Documento Nº: 4157976.36773880-5099 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773880-5099>



TRF2EDT202400121A

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO

(Resolução nº 156/12/ CNJ e Resolução nº 9 de 06/12/2005, diploma alterador da Resolução nº 7 de 18/10/2005)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/24

Proc. nº TRF2-EOF-202\_\_/\_

\_\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não estou incurso(a) em qualquer das hipóteses previstas em lei ou nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 de 08.08.2012 do Conselho Nacional de Justiça.

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração e, ainda, a entregar as Certidões constantes do Art. 5º, §1º da resolução 156/12- CNJ, acompanhadas do comprovante de autenticidade.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)





Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:43.  
Documento Nº: 4157976.36773881-5100 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773881-5100>



TRF2EDT202400121A

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2

SUBSTITUIÇÃO DE BOMBAS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE BDI - BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

BDI Padrão:

Tipo de Obra (conforme Acórdão 2622/2013 - TCU):

- Construção de Edifícios (também para Reformas)

ITENS	SIGLAS	VALORES	ATENDE AOS LIMITES?	LIMITES RECOMENDADOS
				INFERIOR SUPERIOR
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	4,00%	SIM	3,00% 5,50%
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO	S+G	0,80%	SIM	0,80% 1,00%
TAXA DE RISCO	R	1,27%	SIM	0,97% 1,27%
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS	DF	1,23%	SIM	0,59% 1,39%
TAXA DE LUCRO	L	7,40%	SIM	6,16% 8,96%
TAXA DE TRIBUTOS	I	0,65%		Variável
PIS (geralmente 0,65%)		0,65%		
COFINS (geralmente 3,00%)		3,00%		
ISS (legislação municipal)		1,50%		
CPRB (INSS)		0,00%		
BDI conforme Acórdão 2622/2013 - TCU		21,58%	SIM	20,34% 25,00%
BDI RESULTANTE		21,58%	SIM	

FÓRMULA UTILIZADA:  $BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$

BDI Fornecimento:

Tipo de Obra (conforme Acórdão 2622/2013 - TCU):

- Fornecimento de Materiais e Equipamentos (Aquisição indireta, em conjunto com obras)

ITENS	SIGLAS	VALORES	ATENDE AOS LIMITES?	LIMITES RECOMENDADOS
				INFERIOR SUPERIOR
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	1,50%	SIM	1,50% 4,49%
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO	S+G	0,30%	SIM	0,30% 0,82%
TAXA DE RISCO	R	0,56%	SIM	0,56% 0,89%
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,85%	SIM	0,85% 1,11%
TAXA DE LUCRO	L	4,93%	SIM	3,50% 6,22%
TAXA DE TRIBUTOS	I	0,65%		Variável
PIS (geralmente 0,65%)		0,65%		
COFINS (geralmente 3,00%)		3,00%		
ISS (legislação municipal)		0,00%		
CPRB (INSS)		0,00%		
BDI conforme Acórdão 2622/2013 - TCU		12,12%	SIM	11,10% 16,00%
BDI RESULTANTE		12,42%	SIM	

FÓRMULA UTILIZADA:  $BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$

Tributos sobre o faturamento (I)

TRIBUTO	ALÍQUOTA
COFINS	3,00%
PIS/PASEP	0,65%
ISS (Rio de Janeiro - RJ)*	1,50%
TOTAL	5,15%
CPRB (INSS)	4,50%

\*Declarar da base de cálculo de acordo com o Código Tributário do Município instituído pela Lei 691/1984, de 24/12/1984, artº 17, "ao valor das mercadorias fornecidas pelo prestador do serviço" e "ao valor das subempresas já tributadas pelo Município"

Alíquota = 3% Base de cálculo: 50% Alíquota efetiva: 1,50%

Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2024



Assinado com senha por HELANDE MAIQUES DE CARVALHO - Coordenador(a) de Núcleo / NUGOR - 06/06/2024 às 16:41:00.  
Documento Nº: 4127746-5420 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4127746-5420>

SIGA



TRF2INC202401836A




TRF2EDT202400121A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:44.  
Documento Nº: 4157976.36773882-5101 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773882-5101>

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO					
 <b>SUBSTITUIÇÃO DAS BOMBAS DO SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DO PRÉDIO SEDE, SITUADAS NA COBERTURA DO PRÉDIO SEDE DO TRF 2ª REGIÃO</b>					
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					
ITEM	SERVIÇO	TOTAL POR ETAPA % Planejado	PERÍODO		% GLOBAL
			MÊS 01	MÊS 02	TOTAL % TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 4.486,02	R\$ 4.037,42 90%	R\$ 448,60 10%	R\$ 4.486,02 100%
2	TRANSPORTES	R\$ 1.776,02	R\$ 888,01 50%	R\$ 888,01 50%	R\$ 1.776,02 100%
3	NIVELAMENTO DE BASES DE CONCRETO	R\$ 8.586,90	R\$ 4.293,45 50%	R\$ 4.293,45 50%	R\$ 8.586,90 100%
4	REMOÇÕES DE ENTULHO	R\$ 755,18	R\$ 377,59 50%	R\$ 377,59 50%	R\$ 755,18 100%
5	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	R\$ 170.728,86	R\$ 85.364,43 50%	R\$ 85.364,43 50%	R\$ 170.728,86 100%
6	LIMPEZA DA OBRA	R\$ 2.279,11	R\$ 683,73 30%	R\$ 1.595,38 70%	R\$ 2.279,11 100%
7	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 29.057,71	R\$ 14.819,43 51%	R\$ 14.238,28 49%	R\$ 29.057,71 100%
Medição mensal		R\$ 217.669,80	R\$ 110.464,06	R\$ 107.205,74	
Medição mensal acumulada			R\$ 110.464,06	R\$ 107.205,74	R\$ 217.669,80
% mensal			50,75%	49,25%	100,00%
% acumulado			50,75%	49,25%	0,00%

Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2024



Autenticado com senha por ISRAEL CALDEIRA BARBOZA - Assistente II / SEAUTO - 21/08/2024 às 16:20:10.  
Documento Nº: 4201912-3036 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4201912-3036>

SIGA



TRF2CAP202424068A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:45.  
Documento Nº: 4157976.36773884-5103 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773884-5103>

SIGA



**SIGA**

TRF2INC202401845



TRF2EDT202400121A



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2024/000\_\_\_\_

CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE QUATRO CONJUNTOS MOTOBOMBA NA TORRE DE REFRIGERAÇÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO DO PRÉDIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2024/00233

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor-Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Tel.: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu/sua \_\_\_\_\_, **Sr(a)** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2024/00233, em consequência do Pregão Eletrônico nº 90083/2024, fundamentado na fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em \_\_/\_\_/\_\_, conforme despacho nº TRF2-DES-2024/\_\_\_\_\_, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *fornecimento e instalação de quatro conjuntos motobomba na torre de refrigeração do sistema de ar condicionado do prédio sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região*, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2024/00\_\_\_\_ – Empresa Contratada (ams)

**assinado**

Pág. 1



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 27/08/2024 às 17:39:27.  
Documento Nº: 4206563-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4206563-2434>

SIGA



TRF2CAP202424691A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:47.  
Documento Nº: 4157976.36773886-5105 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773886-5105>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90083/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00233

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento e instalação de quatro conjuntos motobomba na torre de refrigeração do sistema de ar condicionado do prédio sede Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado na Rua do Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 90083/2024 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, e na forma estabelecida no presente Contrato.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

**2.1 - DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:**

2.1.1 - A descrição dos serviços a serem executados nas bombas objeto deste Contrato estão detalhadamente discriminados no SUBITEM 1.1.2 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

**2.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

2.2.1 - Descrita detalhadamente no subitem 1.1.3 e nos itens 1.9, 3 e 4 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

**2.3 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

2.3.1 - O prazo de execução dos serviços é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias *[no máximo 60 (sessenta) dias corridos, conforme Proposta]*, contados a partir da data estipulada pela fiscalização na Ordem de Início dos serviços a ser emitida pelo gestor do contrato, conforme cronograma físico-financeiro (Anexo VIII do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

2.3.2 - Condições para emissão da Ordem de Início dos Serviços:

2.3.2.1 - Apresentação da designação formal do Preposto;

2.3.2.2 - Apresentação de ART junto ao CREA-RJ referente à execução dos serviços, emitida por profissional legalmente habilitado;

2.3.2.3 - Cronogramas físicos detalhados, geral e parciais, por local, assim como o planejamento dos serviços a serem executados.

2.3.3 - Os documentos supracitados deverão ser apresentados impreterivelmente em até 07 (sete) dias, contados a partir da assinatura do Contrato pelo Contratante.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

3.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes do ITEM 1.11 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

Contrato nº TRF2-CON-2024/00 \_\_\_\_ – Empresa Contratada (ams)

**MINUTA**

Pág. 2



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 27/08/2024 às 17:39:27.  
Documento Nº: 4206563-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4206563-2434>

**SIGA**



TRF2CAP202424691A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:47.  
Documento Nº: 4157976.36773886-5105 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773886-5105>

**SIGA**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90083/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00233

3.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.1.2 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 09 de 06.12.2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.1.2.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.1.3 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e nº 229 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

3.1.3.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato.

3.1.4 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

3.1.4.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do Edital de Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração.

3.1.5 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

Contrato nº TRF2-CON-2024/00 \_\_\_\_ – Empresa Contratada (ams)

**MINUTA**

Pág. 3



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 27/08/2024 às 17:39:27.  
Documento Nº: 4206563-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4206563-2434>

SIGA



TRF2CAP202424691A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:47.  
Documento Nº: 4157976.36773886-5105 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773886-5105>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90083/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00233

3.1.6 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

3.1.6.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

**4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

4.1 - São obrigações do Contratante as discriminadas no ITEM 1.12 do. Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contato.

**5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

5.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do Contrato será recebido da seguinte forma:

5.1.1 - **Provisoriamente** – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificada conformidade dos serviços aos termos contratuais;

5.1.2 - **Definitivamente** - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, **no prazo de 05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

5.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, na forma estabelecida na Cláusula Décima Primeira deste Contrato, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

5.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

5.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do Contratante, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

Contrato nº TRF2-CON-2024/00 \_\_\_\_ – Empresa Contratada (ams)

**MINUTA**

Pág. 4



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 27/08/2024 às 17:39:27.  
Documento Nº: 4206563-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4206563-2434>

SIGA



TRF2CAP202424691A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:47.  
Documento Nº: 4157976.36773886-5105 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773886-5105>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90083/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00233

5.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

5.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990.

**6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

**6.1 - DO PREÇO:**

6.1.1 - As Planilhas de Preços (Anexo II do Edital), bem como o Cronograma Físico-Financeiro (Anexo VIII do Edital), fornecidos pela Contratada por ocasião da homologação do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integram este Contrato, assim como a proposta por ela apresentada, discriminada na Cláusula Décima;

6.1.2 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

6.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada estão incluídos a incidência tributária, demais encargos e insumos tais como materiais, equipamentos, licenças, emolumentos, mão de obra, transporte, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados.

**6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, após o 5º dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços, de acordo com a medição prevista no item 6.3 deste Contrato, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução o Contrato, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

6.2.1.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

Contrato nº TRF2-CON-2024/00 \_\_\_\_ – Empresa Contratada (ams)

**MINUTA**

Pág. 5



TRF2CAP202424691A



TRF2EDT202400121A



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 27/08/2024 às 17:39:27.  
Documento Nº: 4206563-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4206563-2434>

**SIGA**



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:47.  
Documento Nº: 4157976.36773886-5105 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773886-5105>

**SIGA**

6.2.1.2 - Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail [notafiscal@trf2.jus.br](mailto:notafiscal@trf2.jus.br):

6.2.2.1 - Planilha de Medição dos serviços executados;

6.2.2.2 - Relatório Fotográfico.

6.2.3 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do Documento Fiscal.

6.2.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

6.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

6.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

6.2.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

6.2.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

### 6.3 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

6.3.1 - Como regra geral, o critério de medição será o fornecimento e a efetiva instalação do material e/ou equipamento, com aprovação da fiscalização, de acordo com as unidades definidas na planilha orçamentária.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90083/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00233

- 6.3.2 - Para os itens de abaixo descritos, os critérios serão os seguintes:
- 6.3.2.1 - Item 5.1 da planilha - Fornecimento de grupo de motobombas - será pago 50% do valor do item na entrega dos 04 (*quatro*) grupos de motobombas no prédio do Contratante, comprovada pela apresentação da Nota Fiscal e Manual Técnico das bombas. O restante (50%) será pago após a instalação, teste de funcionamento e aprovação pela fiscalização;
- 6.3.2.2 - Item 7.1 da planilha - Administração local: o pagamento será proporcional à execução financeira dos serviços.
- 6.3.2.3 - Item 4.2 da planilha - Locação de caçamba: o pagamento será efetuado após a apresentação do Manifesto de Transporte de Resíduos (INEA), assinado pela empresa responsável pela destinação final.

**7 - CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do Contratante, conforme o adiante especificado:

Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
4.4.90.51.92	168.413	

**8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES:**

8.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 17 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

**9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:**

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior se será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Contrato nº TRF2-CON-2024/00 \_\_\_\_ – Empresa Contratada (ams)

**MINUTA**

Pág. 7



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 27/08/2024 às 17:39:27.  
Documento Nº: 4206563-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4206563-2434>

SIGA



TRF2CAP202424691A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:47.  
Documento Nº: 4157976.36773886-5105 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773886-5105>

SIGA





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90083/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00233

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

10.1 - O fornecimento dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- Edital do Pregão Eletrônico nº 90083/2024, e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX;
- Proposta datada de \_\_/\_\_/2024, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados, conforme TRF2-CAP-2024/\_\_\_\_\_.
- Certificado de Vistoria, *se houver*, emitido pela a Seção de Manutenção de Instalações Mecânicas - SEMMEC, comprovando que a Contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, conforme documento nº TRF2-CAP-2024/\_\_\_\_\_.

10.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão às condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:**

11.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 - Competem à Fiscalização as atribuições elencadas no ITEM 06 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

**12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS:**

12.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 120 (cento e vinte) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante.

12.1.1 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no Contrato.

12.1.1.1 - Caso a não conclusão decorrer de culpa da Contratada:

- A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ela as penalidades, conforme previsto no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;
- O Contratante poderá optar pela extinção do Contrato, estabelecida na Cláusula Nona.

Contrato nº TRF2-CON-2024/00 \_\_\_\_\_ – Empresa Contratada (ams)

**MINUTA**

Pág. 8



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 27/08/2024 às 17:39:27.  
Documento Nº: 4206563-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4206563-2434>

SIGA



TRF2CAP202424691A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:47.  
Documento Nº: 4157976.36773886-5105 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773886-5105>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90083/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00233

12.2 - O prazo de garantia dos serviços será de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias **[no mínimo 05 (cinco) anos, conforme Proposta]**, contado a partir da data do Recebimento Definitivo de que trata o subitem 5.1.2 deste Contrato.

12.3 - O prazo de garantia dos conjuntos motobombas bombas será de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) ano, **[no mínimo, 01 (um) ano, conforme Proposta]**, a contar da data da entrega no Contratante, documentada através da apresentação de uma cópia do Documento Fiscal de compra das bombas. A Contratada também deverá entregar o manual Técnico das bombas.

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:**

13.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, que estão dispostas no ITEM 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

14.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 96, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/21, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor do contrato a ser firmado.

14.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada à Administração do Contratante no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no § 3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 14.1.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;
- 14.1.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;
- 14.1.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;
- 14.1.2.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

14.1.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).

Contrato nº TRF2-CON-2024/00 \_\_\_\_ – Empresa Contratada (ams)

**MINUTA**

Pág. 9



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 27/08/2024 às 17:39:27.  
Documento Nº: 4206563-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4206563-2434>

SIGA



TRF2CAP202424691A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:47.  
Documento Nº: 4157976.36773886-5105 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773886-5105>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90083/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00233

14.1.4 - O atraso superior a 25 (*vinete e cinco*) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do contrato, a título de garantia.

14.1.4.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 14.1.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

14.1.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 14.1.4 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.1.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

14.1.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.1.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

14.1.7 - Será considerada extinta a garantia:

14.1.7.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.1.7.2 - Com a extinção do contrato.

14.1.8 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.1.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

14.1.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

14.1.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.1.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

14.1.9 - Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 14.1.8.3 e 14.1.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

Contrato nº TRF2-CON-2024/00 \_\_\_\_ – Empresa Contratada (ams)

**ORIGINAL**

Pág. 10



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 27/08/2024 às 17:39:27.  
Documento Nº: 4206563-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4206563-2434>

SIGA



TRF2CAP202424691A



TRF2EDT202400121A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:47.  
Documento Nº: 4157976.36773886-5105 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773886-5105>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 90083/2024 – Fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00233

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

16.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

16.2 - No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

16.2.1 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato

16.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20091-007, endereço eletrônico [dcont@trf2.jus.br](mailto:dcont@trf2.jus.br), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

16.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

**18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

\_\_\_\_\_  
PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretor-Geral

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)

Contrato nº TRF2-CON-2024/00 \_\_\_\_ – Empresa Contratada (ams)

**ORIGINAL**

Pág. 11



TRF2CAP202424691A



TRF2EDT202400121A



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 27/08/2024 às 17:39:27.  
Documento Nº: 4206563-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4206563-2434>

**SIGA** →



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 28/08/2024 às 14:20:47.  
Documento Nº: 4157976.36773886-5105 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4157976.36773886-5105>

**SIGA** →